



## **Avaliação do Sistema Educacional do Município de Brejinho Auditoria Operacional**

Conselheira Relatora: Teresa Duere  
GEAP – Gerência de Auditoria de Desempenho e Estatísticas Públicas  
NAE – Núcleo de Auditorias Especializadas

Recife, Junho/2021



## Resumo

A presente auditoria foi aprovada através da formalização do processo de Auditoria Especial TC n° 19100548-4, tendo como relatora a Conselheira Teresa Duere.

O objeto desta auditoria operacional foi a avaliação do sistema educacional do Município de Brejinho com ênfase nas boas práticas, uma vez que o município apresenta bons resultados nas avaliações externas, tendo alcançado a segunda melhor média no IDEPE em 2018 tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental.

A auditoria constatou problemas, tais como: inadequação na infraestrutura das escolas municipais e a falta de salas de aula para o ensino fundamental na escola São Sebastião.

Foram constatadas também boas práticas, a saber: acompanhamento individualizado, reforço escolar, reensino, alunos monitores e troca de professores, estratégias motivacionais, gestão de resultados, observação em sala de aula, todos os professores com pós-graduação e seleção temporária para formação de cadastro de reserva de professores.

Foram utilizados diversos procedimentos de pesquisa para colher as informações que auxiliaram no processo de auditoria, sendo realizadas a pesquisa documental e bibliográfica, o estudo da legislação sobre o tema, a realização de entrevistas semiestruturadas e a visita aos órgãos e escolas municipais.

Os resultados esperados por este relatório remetem-se à busca de uma gestão pública eficaz, através das recomendações emitidas para uma melhor efetividade das ações relacionadas à educação pública.



## LISTA DE SIGLAS

AOp	Auditoria Operacional (AOp)
CF	Constituição Federal
Compesa	Companhia Pernambucana de Saneamento S.A.
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEAP	Gerência de Auditoria de Desempenho e Estatísticas Públicas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAS	Programa Alfabetizar com Sucesso
PEI	Programa Educação Integrada
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
Promoex	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros
QEdu	Organização que tem por objetivo facilitar o acesso a dados e indicadores educacionais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPE	Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
TCE-PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
TDA	Termos de Designação de Auditoria
UFMG	Universidade Federal de Minas gerais (UFMG)
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Ficha de acompanhamento por aluno – Língua Portuguesa .....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 2: Ficha de acompanhamento aluno - Matemática .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 3: Ficha de acompanhamento por turma – Língua Portuguesa .....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 4: Ranking das turmas .....</b>	<b>32</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1: Evolução das matrículas no Ensino Fundamental .....</b>	<b>16</b>
<b>Gráfico 2: Fracasso escolar no município de Brejinho nos anos iniciais .....</b>	<b>18</b>
<b>Gráfico 3: Fracasso escolar no município de Brejinho nos anos finais.....</b>	<b>18</b>
<b>Gráfico 4: Taxa de Distorção Idade- Série por ano.....</b>	<b>19</b>
<b>Gráfico 5: Taxa de Distorção Idade-Série (TDI) por unidade federativa .....</b>	<b>20</b>
<b>Gráfico 6: Evolução do IDEB de Brejinho – Anos Iniciais (2005 – 2017) .....</b>	<b>21</b>
<b>Gráfico 7: Evolução do IDEB de Brejinho x Pernambuco – Anos Iniciais (2005 – 2017).....</b>	<b>21</b>
<b>Gráfico 8: Evolução do IDEB de Brejinho – Anos Finais (2005 – 2017) .....</b>	<b>22</b>
<b>Gráfico 9: Evolução do IDEB x Brejinho e de Pernambuco – Anos Finais (2005 – 2017) .....</b>	<b>22</b>
<b>Gráfico 10: Aprendizado Adequado do 5º ano em Brejinho – 2013 a 2017. ....</b>	<b>23</b>
<b>Gráfico 11: Aprendizado Adequado do 9º ano em Brejinho – 2013 a 2017 .....</b>	<b>24</b>
<b>Gráfico 12: Prova Brasil x Despesa <i>per capita</i> por aluno (ensino fundamental) – PE, 2017.....</b>	<b>25</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Desempenhos das escolas auditadas – IDEB .....</b>	<b>7</b>
---	----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Quantidade professores da rede pública municipal por escolas.....</b>	<b>17</b>
--	-----------

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1: Sala de aula da escola Ana Alexandrina da Conceição (sem ar condicionado ou ventiladores) 41</b>	
<b>Foto 2: Sala de aula da escola Manoel Francisco (sem ar condicionado ou ventiladores) .....</b>	<b>41</b>



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1.1 Designação .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2 Antecedentes .....</b>	<b>6</b>
<b>1.3 Identificação do objeto, objetivos e escopo da auditoria.....</b>	<b>6</b>
<b>1.4 Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 2 – VISÃO GERAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Relevância do Tema.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Ensino Fundamental.....</b>	<b>10</b>
<b>2.3 Legislação.....</b>	<b>10</b>
<b>2.4 Situação da Educação Básica do Município de Brejinho .....</b>	<b>15</b>
2.4.1 Dimensões e estrutura da rede de ensino de Brejinho .....	15
2.4.2 Indicadores Educacionais do Município de Brejinho.....	17
<b>CAPÍTULO 3 – Resultados da auditoria .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 Boas Práticas .....</b>	<b>26</b>
3.1.1 Acompanhamento individualizado, reforço escolar, reensino, alunos monitores e troca de professores.....	26
3.1.2 Estratégias motivacionais.....	30
3.1.3 Gestão de Resultados .....	32
3.1.4 Observação em sala de aula .....	36
3.1.5 Professores com pós-graduação .....	37
3.1.6 Seleção temporária para formação de cadastro de reserva de professores .....	38
<b>3.2 Deficiências na infraestrutura das escolas .....</b>	<b>38</b>
3.2.1 Inadequações físicas das escolas municipais.....	38
3.2.2 Falta de salas de aula para o Ensino Fundamental na Escola São Sebastião .....	46
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO GESTOR .....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 6 – PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO .....</b>	<b>50</b>



## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1 Designação

Esta Auditoria Especial foi realizada na modalidade Auditoria Operacional (AOp) sendo aberta pelo Processo TCE-PE nº 19100548-4, tendo como relatora a Conselheira TERESA DUERE.

O Termo de Designação de Auditoria – TDA/GEAP nº 1.42.018/2019, expedido pela Chefia da Gerência de Auditoria de Desempenho e Estatísticas Públicas (GEAP), designou os servidores RICARDO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA, Analista de Controle Externo – Contas Públicas – Mat. 0303, e ANDRÉ AUGUSTO VIANA, Analista de Controle Externo - Obras Públicas – Mat. 0252, para realização do trabalho.

### 1.2 Antecedentes

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) iniciou em 2001 a realização de auditorias operacionais em ações de governo, avaliando aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão pública, com objetivo de contribuir para que os investimentos gerem mais benefícios à sociedade.

Desde 2006, o TCE-PE vem desenvolvendo ações na área de AOp junto ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex). Tendo sido realizada AOp coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que envolveu diversos Tribunais de Contas do país, na área de educação, no ano de 2013. No âmbito desta Corte de Contas foi executada AOp para avaliar as ações do ensino médio no Estado de Pernambuco, abordando os eixos de eficácia e efetividade.

No ano corrente **este Tribunal de Contas** decidiu realizar auditorias na área de educação selecionando, inicialmente, alguns municípios que juntamente com o Estado participam do Programa Educação Integrada (PEI), implementado pelo governo estadual. Em seguida, foram selecionados mais dois municípios que não participaram do PEI, que têm apresentado bons resultados nas avaliações externas, que foram Panelas e Brejinho. Nestes dois últimos municípios o foco do trabalho foi o levantamento de boas práticas.

### 1.3 Identificação do objeto, objetivos e escopo da auditoria

O objeto desta auditoria operacional coordenada foi o Ensino Fundamental do município de Brejinho com ênfase nas boas práticas exercidas nas escolas do município pela



Secretaria Municipal de Educação que vêm refletindo nos bons resultados das suas escolas nas avaliações externas de âmbito federal e estadual.

O objetivo desta auditoria foi avaliar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação do município em comento abordando umas das etapas iniciais da Educação Básica, no caso, o Ensino Fundamental.

Para avaliar a qualidade dos serviços educacionais, a abordagem do trabalho envolveu duas questões de auditoria, quais sejam:

***Questão 1:** Em que medida a Secretaria Municipal de Educação de Brejinho tem atuado no sentido de oferecer aos estudantes do Ensino Fundamental condições adequadas para o aprendizado?*

***Questão 2:** Quais são os fatores que explicam o bom desempenho das escolas da rede municipal de Brejinho nos testes de proficiência aplicados no ensino fundamental?*

## 1.4 Procedimentos metodológicos

Como Brejinho é um município muito pequeno, com apenas três escolas de turmas unisseriadas, foram escolhidas estas três escolas e mais duas outras que apresentavam o ensino em turmas multisseriadas. As instituições selecionadas foram, portanto: Escola Municipal São Sebastião, Escola Municipal Manoel Francisco dos Santos, Escola Municipal Ana Alexandrina da Conceição, Escola Municipal Severina Travassos Lucena e Escola Municipal João Camilo dos Santos. Seguem, no Quadro 1 abaixo, os desempenhos no IDEB das escolas auditadas:

**Quadro 1:** Desempenhos das escolas auditadas – IDEB

LOCALIZAÇÃO	MELHORES DESEMPENHOS	IDEB ANOS INICIAIS			IDEB ANOS FINAIS		
		2013	2015	2017	2013	2015	2017
URBANA	E. M. SÃO SEBASTIÃO	4,70	5,90	6,10	-	5,00	5,90
RURAL	E. M. MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	-	-	6,90	-	-	-
RURAL	E. M. ANA ALEXANDRINA DA CONCEICAO	-	-	6,30	-	-	-
RURAL	E. M. SEVERINA TRAVASSOS LUCENA	-	-	5,40	-	-	-
RURAL	E. M. JOÃO CAMILO DOS SANTOS	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Inep, 2019.

Obs.: NA - Não avaliada.



Os procedimentos metodológicos utilizados para colher as informações que auxiliaram o processo de auditoria foram:

- Pesquisa documental e bibliográfica;
- Estudo da legislação sobre o tema;
- Visita às escolas selecionadas na amostra;
- Na escola do ensino fundamental de anos finais (E. M. São Sebastião) foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com o Gestor Escolar, Coordenador Pedagógico, dois professores, duas mães e grupo focal formado por nove alunos do 9º (nono) ano;
- Com relação às escolas do ensino fundamental de anos iniciais não multiseriadas foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os gestores escolares, coordenadoras pedagógicas, duas mães e dois professores (por cada escola);
- Com relação às instituições escolares multisseriadas foi entrevistado apenas um professor de cada escola. É importante ressaltar que nessas escolas existe apenas um professor lecionando por escola;
- Por fim, realização de entrevistas semiestruturadas com a Secretária Municipal de Educação Sra. MARIA SILVANA TELES e com a Coordenadora Pedagógica das escolas multiseriadas, Sra. GRAÇA NUNES.

Os trabalhos realizados desta auditoria seguiram as orientações das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores, mais especificamente a ISSAI 300 que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional.

## **CAPÍTULO 2 – VISÃO GERAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **2.1 Relevância do Tema**

A Educação tem a capacidade de promover junto ao indivíduo, como cidadão, a compreensão de sua situação no tempo e em seu espaço físico, o que possibilita a sua melhoria intelectual como também a sua relação social com o ambiente onde interage. É portanto, uma ligação direta entre as liberdades garantidas pela CF/88 e o exercício pleno da cidadania.

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal (CF/88), em seu artigo 208, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus artigos 4º e 53. Ela se apresenta como o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos



garantidos pela CF/88. Ela compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Existe uma divisão de responsabilidades na oferta das etapas de ensino entre os entes federativos. Os Municípios devem atuar conforme estabelece o § 2º do art. 211 da CF/88, cuja redação foi trazida pela Emenda Constitucional nº 14/96<sup>1</sup> assim *in verbis*: “*Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.*”. Já o § 3º do referido artigo constitucional estabelece que os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. É importante salientar que esse processo de descentralização vem sendo praticado no Brasil desde o início do repasse de atribuições que eram dos estados para o poder local (municipal), induzindo assim à municipalização do ensino fundamental, já que a educação infantil passou a ser obrigação dos municípios pela CF/88 e também pelo previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu art. 11<sup>2</sup>.

Com a intenção de se situar no novo posicionamento dos municípios, a partir da CF/88, da Lei nº 9.394/96 e da EC nº 14/96, o estado de Pernambuco vem tomando iniciativas atinentes ao processo de descentralização da educação que vem ocorrendo pela via da municipalização do ensino. O resultado é que no estado de Pernambuco, a grande maioria das escolas (95,27%)<sup>3</sup> que ofertam o Ensino Fundamental I já pertence à rede municipal.

Diante da relevância do tema “Educação Básica” e dos bons resultados obtidos na educação do município de Brejinho surgiu o interesse de se realizar uma avaliação da qualidade do Ensino Fundamental do referido município. É importante ressaltar que o Município de Brejinho apresenta um desempenho escolar que desponta em relação aos demais municípios estaduais, conforme o resultado do IDEB referente ao ano de 2017 e dos IDEPE’s de 2017 e 2018. Neste último ano o município de Brejinho teve o 2º (segundo) melhor desempenho no Estado tanto para os anos iniciais do Ensino Fundamental quanto para os anos finais.

Tal particularidade motivou a GEAP deste Tribunal de Contas a elaborar um diagnóstico que permitisse: visualizar a situação do serviço educacional prestado, identificar e revelar as boas práticas que contribuem para a melhoria da qualidade na prestação do serviço educacional que levam o município a ter desempenho em destaque e apresentar oportunidades de melhoria para os eventuais problemas existentes.

Para avaliar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos pelo município, a abordagem deste trabalho envolveu apenas um tipo de Educação (eixo) prestado pelo Município de Brejinho, no caso, o Ensino Fundamental que será preliminarmente discorrido de forma sintética nos parágrafos a seguir.

<sup>1</sup> De 12 de setembro de 1996.

<sup>2</sup> Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas

<sup>3</sup> INEP - <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>



## 2.2 Ensino Fundamental

Em relação ao Ensino Fundamental, a LDB estabelece em seu artigo 32:

“[...] terá como objetivo a formação básica do cidadão, mediante:  
I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;  
II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;  
III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;  
IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade.  
[...]”

O processo de ampliação da abrangência do Ensino Fundamental vem se desenvolvendo há décadas no Brasil. Sua relevância é constatada ao se analisar a legislação educacional brasileira, como por exemplo: a Lei nº 4.024/1961 que estabeleceu quatro anos de escolaridade obrigatória; o Acordo de Punta Del Este e Santiago, de 1970, que estendeu para seis anos o tempo do ensino obrigatório; a Lei nº 5.692/1971 que determinou a extensão da obrigatoriedade para oito anos; a Lei nº 10.172/2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, tomou como meta o ensino fundamental obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade. Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade.

O PNE atual (2014-2024) em sua Meta 2 do PNE<sup>4</sup>, prevê a universalização da educação fundamental de nove anos para todas as crianças de seis a catorze anos de idade com 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluindo esta etapa na idade recomendada até 2024.

Segundo a UNICEF (Brasil, 2009)<sup>8</sup>, nos últimos anos a educação no país teve grandes avanços ao ter matriculado 97% (noventa e sete por cento) de crianças e jovens, entre 6 e 14 anos nas escolas em nível nacional, o equivalente a 27 milhões de crianças e jovens com acesso à educação escolarizada. Entretanto, além da ampliação do acesso à escola, a permanência dos alunos e o sucesso nos processos de ensino e aprendizagem são desafios ainda presentes para a escola brasileira, sendo o principal deles a oferta de uma educação de qualidade.

## 2.3 Legislação

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, afirma que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Em seu artigo 208 a CF/88 estabelece as

---

<sup>4</sup> Lei nº 13.005/2014.



garantias ao direito a educação que devem ser oferecidas pelo Estado, que não poderá abandonar o seu mandato constitucional, juridicamente vinculante, que lhe foi outorgado pela norma constitucional.

A Lei Fundamental da República estabelece, ainda, em seu artigo 211, que A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Nos parágrafos 2º ao 4º do artigo retrocitado estão definidas as competências dos Municípios e Estados:

[...]

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996);

[...]

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394/96, disciplina a organização da educação nacional, relacionando as competências de cada esfera de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e estabelecendo os níveis de ensino da educação no país, a saber: Educação Básica (formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior. Seguem, abaixo, os dispositivos que estabelecem as competências de cada ente federativo:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

[...]

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

[...]

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (Grifos nossos)

Dentro da LDB alguns dispositivos merecem ênfase por estarem mais diretamente relacionados aos eixos temáticos deste trabalho de auditoria. Destacam-se os seguintes dispositivos:

Art. 5º - [...]

§ 1 - O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:



I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a **educação básica**;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

[...]

Art. 6º - **É dever dos pais** ou responsáveis efetuar a **matrícula das crianças** na educação básica **a partir dos 4 (quatro) anos de idade**.

[...]

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

[...]

III – elaborar e executar políticas e **planos educacionais**, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

[...]

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

[...]

VI – assumir o **transporte escolar** dos alunos da rede municipal.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

III – assegurar o **cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas**;

[...]

V – prover meios para a **recuperação dos alunos de menor rendimento**;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, **criando processos de integração da sociedade com a escola**;

[...]

VII – **informar pai e mãe**, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a **frequência e rendimento dos alunos**, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

[...]

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – **estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento**;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – **colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade**.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

[...]

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – a **carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental** e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;



Art. 59. Os sistemas de ensino **assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:**

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...]

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

[...]

Art. 62. A **formação de docentes** para atuar na educação básica **far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena**, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão **promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.**

[...]

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão **mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior** para atuar na educação básica pública.

[...]

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos **termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:**

[...]

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

[...] (**grifos nossos**).

Um importante instrumento legal na área da educação é o PNE. Criado para ir além de propostas de governos, mas como uma política de Estado. O PNE está previsto no art. 214 da Constituição Federal de 1988 como assim estabelecido:

Art. 214. A lei estabelecerá o **plano nacional de educação**, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I) à **erradicação** do analfabetismo;

II) à **universalização** do atendimento escolar;

III) à melhoria da **qualidade do ensino**;

IV) à **formação** para o trabalho; e

V) à **promoção** humana, científica e tecnológica do país. (**Grifos Nossos**)

O primeiro PNE foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, e teve vigência entre 2001 e 2011. Em 2014, o Congresso Federal sancionou um novo PNE (**Lei nº 13.005/2014**) com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. O PNE atual estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos, ou seja, de 2014 a 2024.

A lei de criação do PNE prevê no *caput* do artigo 8º a instituição dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, conforme disposto a seguir:



Art. 8º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

No PNE, a **Meta 2**, que é a referente ao Ensino Fundamental, estabelece:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos **95% (noventa e cinco por cento)** dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. (**grifos nossos**)

A Meta 2 do PNE possui dois indicadores:

- **Indicador 2A** - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.
- **Indicador 2B** - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

A Meta Municipal número 2 estabelece:

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos **80% (oitenta por cento)** dos/as estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME. (**grifos nossos**)

Como visto, ao cotejar as duas metas, verifica-se que o alcance do Município de Brejinho para garantir a universalização do Ensino Fundamental é menor que o nacional. Salienta-se que a Meta 2 municipal possui 25 (vinte e cinco) estratégias para alcançar o que está previsto no PME.

No PNE, a **Meta 7**, que é a referente a qualidade da Educação Básica, estabelece o seguinte para o Ensino Fundamental:

**Fomentar a qualidade da educação básica** em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: **6,0 nos anos iniciais** do ensino fundamental; **5,5 nos anos finais do ensino fundamental**; 5,2 no ensino médio. (**grifos nossos**)

Já a Meta Municipal número 7 estabelece:

**Fomentar a qualidade da educação básica** em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: **6,0 nos anos iniciais** do ensino fundamental; **5,5 nos anos finais do ensino fundamental**; 5,2 no ensino médio. (**grifos nossos**)



Como visto, ao cotejar as duas metas, verifica-se que o alcance do Município de Brejinho para fomentar a qualidade da educação básica é o mesmo que o nacional. Salienta-se que a Meta 7 municipal possui 22 (vinte e duas) estratégias para alcançar o que está previsto no PME.

É importante ressaltar que além da SME de Brejinho a qualidade do atendimento educacional é também avaliada por instrumentos de avaliação externa que estabelecem critérios mínimos de desempenho escolar.

Por fim, além da legislação citada destacam-se outros normativos como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013), a Base Nacional Comum Curricular (Portaria MEC nº 1.570, de 20/12/17 e Resolução CNE nº 02, de 22/12/17), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (Resolução CNE nº 07, de 14/12/10), a Política Nacional da Educação Infantil (MEC, 2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE nº 05, de 17/12/09), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2018).

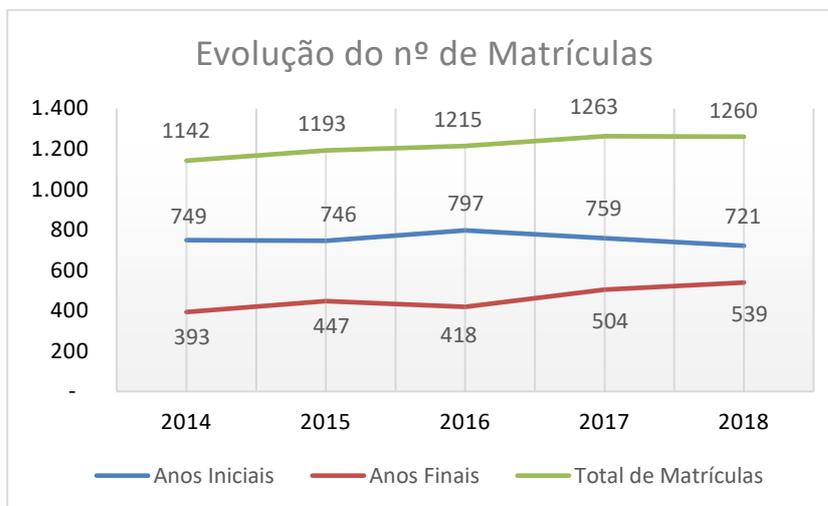
## **2.4 Situação da Educação Básica do Município de Brejinho**

### **2.4.1 Dimensões e estrutura da rede de ensino de Brejinho**

De acordo com o IBGE, a população estimada de Brejinho em 2018 era de 7.487 habitantes. A rede municipal possui 11 (onze) estabelecimentos de ensino fundamental sendo 10 (dez) escolas situadas na zona rural e 1(uma) escola situada na área urbana. Segundo as sinopses estatísticas disponibilizadas pelo INEP, a evolução do número de matrículas no ensino fundamental nos últimos cinco anos se deu da seguinte forma apresentada no Gráfico 1:



**Gráfico 1:** Evolução das matrículas no Ensino Fundamental



Fonte: INEP, 2019.

Como se pode observar no Gráfico 1 acima, o número total de matrículas nas escolas do ensino fundamental (anos iniciais + anos finais) do município de Brejinho teve um bom aumento no período entre os anos de 2014 a 2017, passando de 1.142 alunos matriculados em 2014 para 1260 alunos matriculados em 2017, o que corresponde a um incremento de **10,60%** (dez vírgula sessenta por cento). No entanto, este número se manteve quase constante entre os anos de 2017 e 2018. Quando se separa o número de matrículas do ensino fundamental entre anos iniciais e finais, observa-se que há uma leve diminuição de matrículas dos anos iniciais, enquanto que os anos finais tiveram um crescimento no período dos últimos cinco anos de 37,15% (trinta e sete vírgula quinze por cento).

Quanto ao quadro efetivo de professores, de acordo com a documentação fornecida pela SME de Brejinho (doc 01), são ao todo 74 (setenta e quatro) professores efetivos e entre esses, três são readaptados. Quanto a estes, a orientação que a SME dá aos gestores escolares é que sejam aproveitados na área pedagógica, caso sua capacidade física e/ou psicológica não inviabilize a execução da função. Como exemplos de funções oferecidas aos readaptados têm-se: ordenação de projetos de leitura, auxiliar de professor, biblioteca, apoio ao professor, secretaria da escola, etc.

Não há professor contratado temporariamente em regência de sala de aula na rede municipal de ensino. Conforme foi informado pela SME todos os professores possuem pós-graduação *lato sensu*. Os professores são distribuídos da seguinte forma entre as escolas:



**Tabela 1:** Quantidade professores da rede pública municipal por escolas

ESCOLA	NÚMERO DE PROFESSORES	
	EFETIVOS	PÓS-GRADUADOS
Ana Alexandrina da Conceição	1	1
Antonio Machado da Silva	1	1
Benigna Correia Brasil	1	1
João Camilo dos Santos	1	1
José Gomes de Almeida	1	1
Manoel Francisco dos Santos	8	8
Pergentino Alves	2	2
Rita Alves da Costa	1	1
Severina Travassos de Lucena	8	8
Severino de Oliveira Leite	2	2
Manoel Texeira de Carvalho	10	10
São Sebastião	35	35
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>74</b>

Fonte: SME de Brejinho.

É importante salientar que o último concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Brejinho foi no ano de 2016 sendo prorrogado por mais dois anos através da Portaria PMB/GCPE nº 041/2019 (doc2). Questionada sobre a previsão de realização de um novo concurso, a SME informou que “No momento não existe a previsão de realização de concurso, visto que houve a dois anos, vencendo este ano de 2019 e prorrogado por igual período, conforme segue portaria em anexo”. A SME também informou que neste ano de 2019 houve seleção simplificada apenas para auxiliar de educação para Educação Infantil, FI e FII.

#### 2.4.2 Indicadores Educacionais do Município de Brejinho

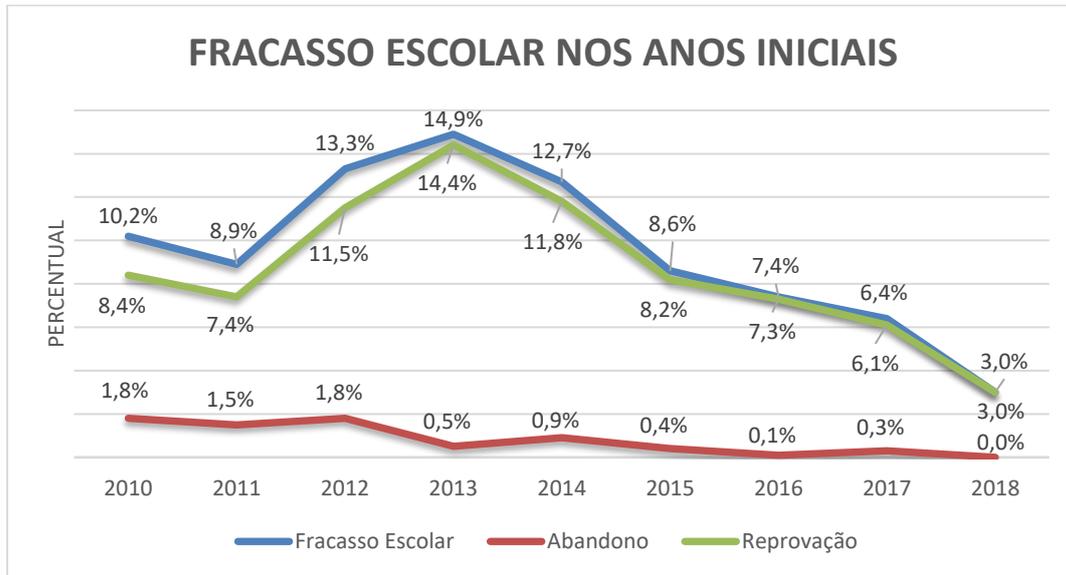
A seguir serão apresentados uma série de indicadores relativos a rede municipal de ensino de Brejinho, demonstrando sua evolução ao longo dos anos por meio de séries históricas.

O primeiro indicador a ser demonstrado é o fracasso escolar. É importante informar que este indicador é a quantidade de alunos reprovados somada à quantidade de alunos que abandonaram a escola em relação ao total de alunos matriculados em determinado ano



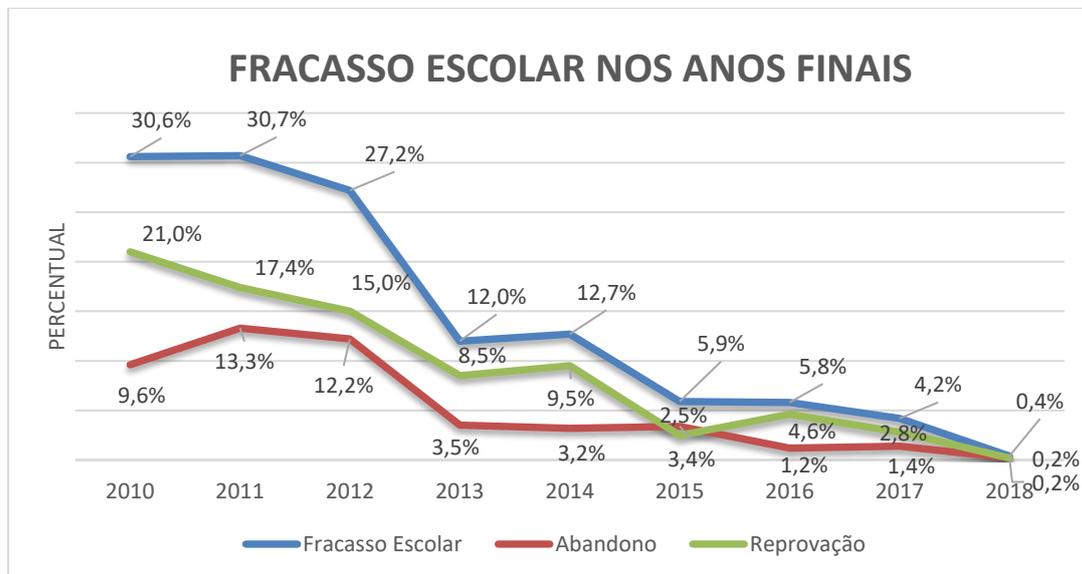
letivo. Os Gráficos 2 e 3 abaixo demonstram a evolução do fracasso escolar, abandono e reprovação do ensino fundamental, medido entre 2009 e 2018.

**Gráfico 2:** Fracasso escolar no município de Brejinho nos anos iniciais



Fonte: INEP, 2019.

**Gráfico 3:** Fracasso escolar no município de Brejinho nos anos finais



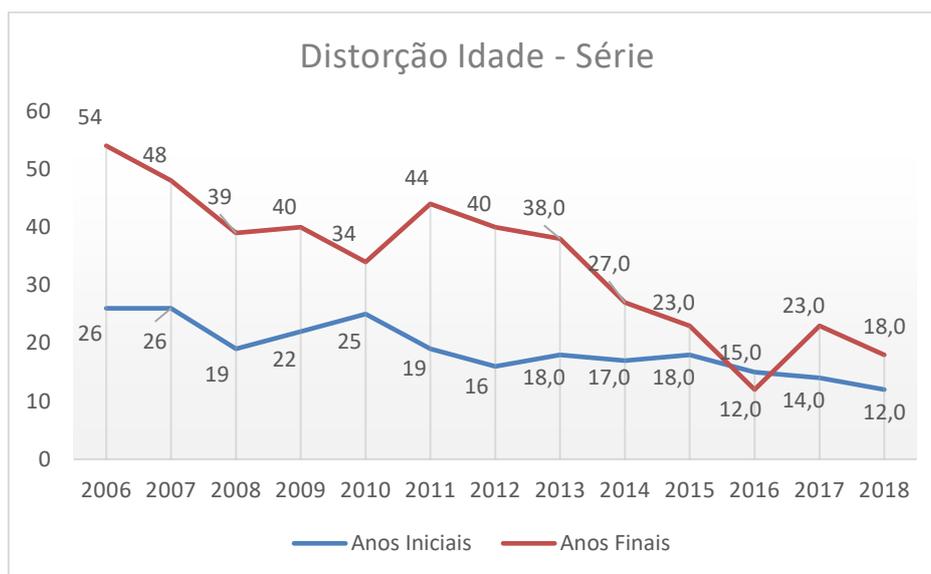
Fonte: INEP, 2019.



Nos Gráficos 2 e 3 acima, pode-se verificar uma gradual diminuição nas taxas de abandono e de reprovação. É importante ressaltar a reduzida taxa de abandono escolar existente na rede de ensino municipal de Brejinho. A mesma situa-se abaixo de 2% (dois por cento) nos anos iniciais desde o ano de 2010 e abaixo de 4% (quatro por cento) nos anos finais desde 2013. Isso refletiu positivamente na taxa de fracasso escolar, tendo ocorrido uma redução mais acentuada nos indicadores de fracasso escolar a partir de 2011 para os anos finais e a partir de 2013 para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Observe-se que a taxa de fracasso escolar no ano de 2018 foi de apenas 3% para os anos iniciais e de 0,4% para os anos finais.

O Gráfico 4, abaixo, mostra a evolução da Taxa de Distorção Idade-Série<sup>5</sup> (TDI) no Ensino Fundamental de Brejinho. Essa taxa expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à esperada e informa a proporção desses alunos em relação ao total de matriculados. Os dados são apenas referentes ao ensino fundamental:

**Gráfico 4:** Taxa de Distorção Idade- Série por ano



Fonte: INEP, 2018. Organizado pela equipe de auditoria, 2019.

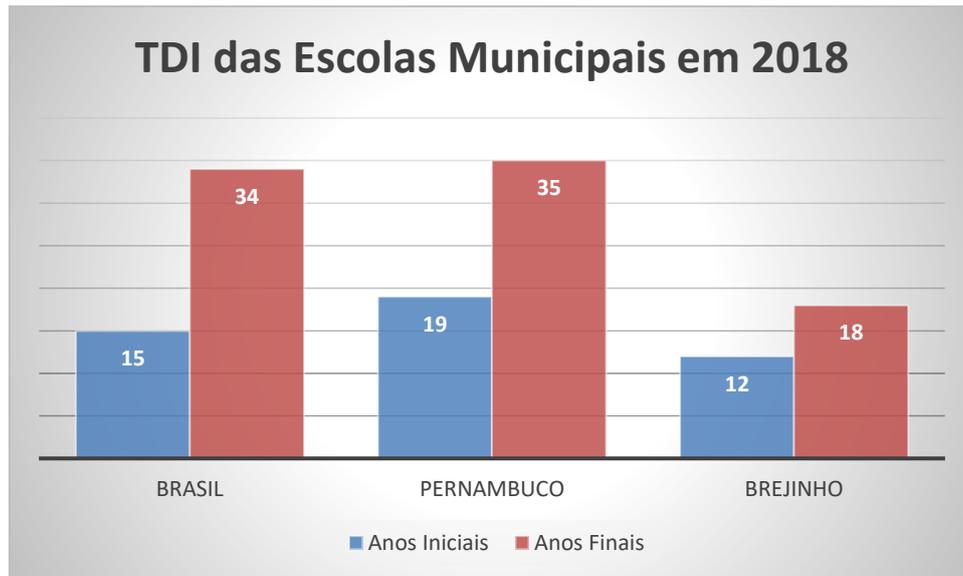
Ao analisar o Gráfico 4, acima, percebe-se uma redução expressiva da TDI do ensino fundamental de Brejinho caindo 53,85% (cinquenta e três vírgula oitenta e cinco por cento) nos anos iniciais e 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) nos anos finais no período de 2006 a 2018.

<sup>5</sup> Dado em percentual.



Comparando-se a taxa de distorção idade-série de Brejinho com a registrada em Pernambuco e no Brasil no ano de 2018, verifica-se que o município apresentava situação bem mais favorável que os outros dois entes federativos. Em relação aos anos finais a taxa de Brejinho é pouco mais que a metade da taxa registrada em Pernambuco e no Brasil. Segue o Gráfico 5 com o comparativo:

**Gráfico 5:** Taxa de Distorção Idade-Série (TDI) por unidade federativa

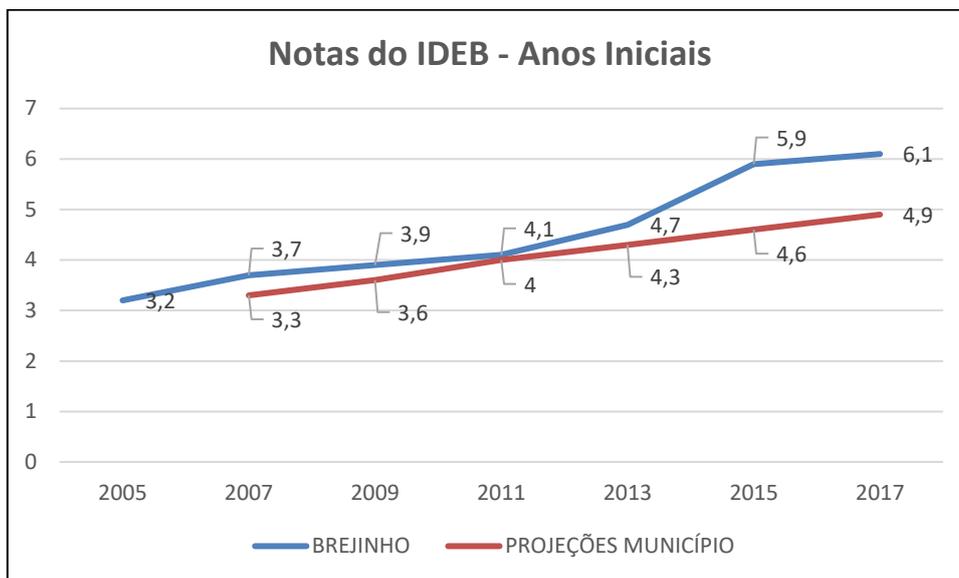


Fonte: INEP, 2018.

É importante ressaltar que o principal indicador de qualidade da educação do Brasil é o IDEB. Sua criação em 2007 teve como objetivo possibilitar ao governo e à população o monitoramento da qualidade do ensino prestado pelas escolas, redes municipais, estaduais, regionais e do Brasil como um todo. Juntamente com o IDEB, foram criadas metas a serem alcançadas por cada ente federativo desde 2005 até 2021. Abaixo estão os Gráficos 6, 7, 8 e 9 que demonstram a evolução do IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental do Município de Brejinho e do Estado de Pernambuco com as respectivas projeções no período de 2005 a 2017.

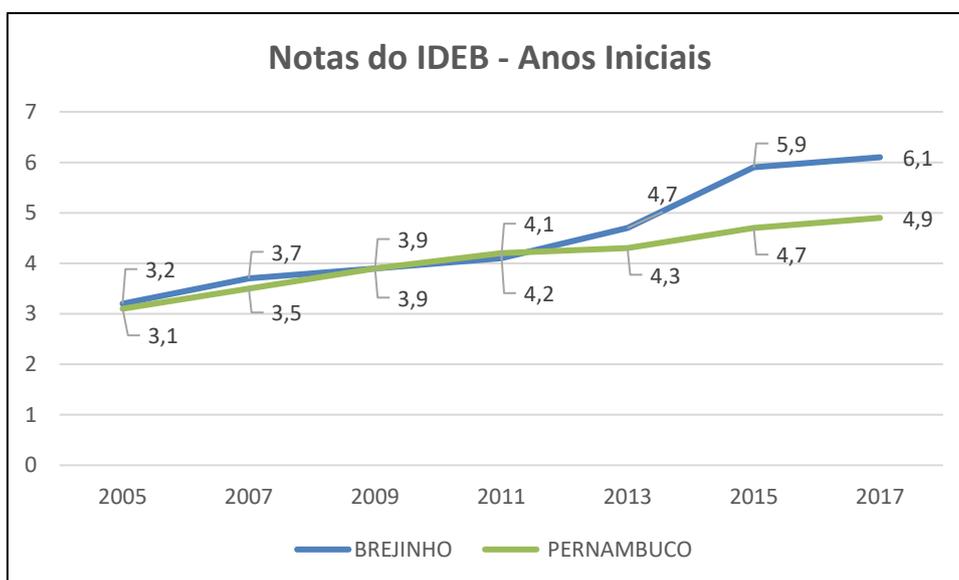


**Gráfico 6:** Evolução do IDEB de Brejinho – Anos Iniciais (2005 – 2017)



Fonte:INEP, 2019.

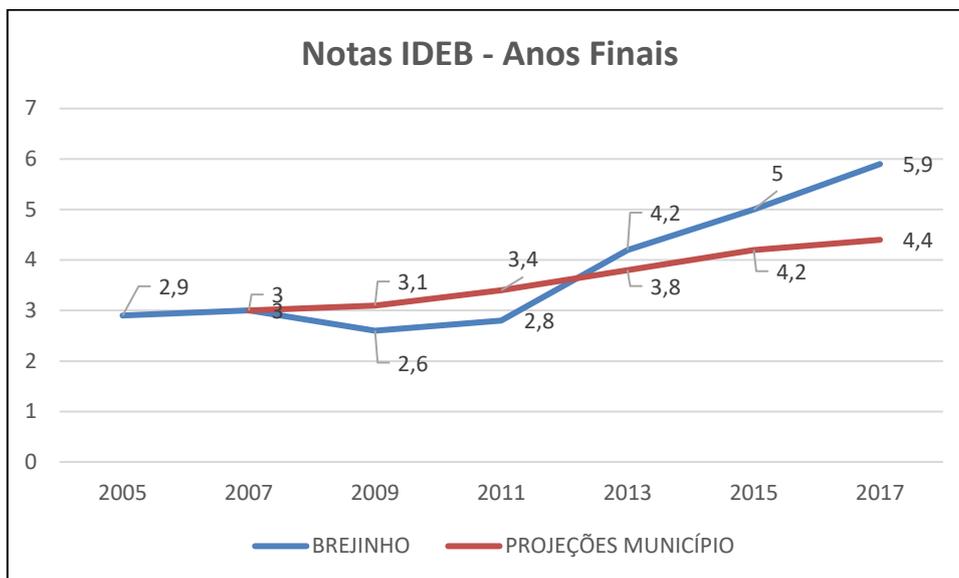
**Gráfico 7:** Evolução do IDEB de Brejinho x Pernambuco – Anos Iniciais (2005 – 2017)



Fonte:INEP, 2019.

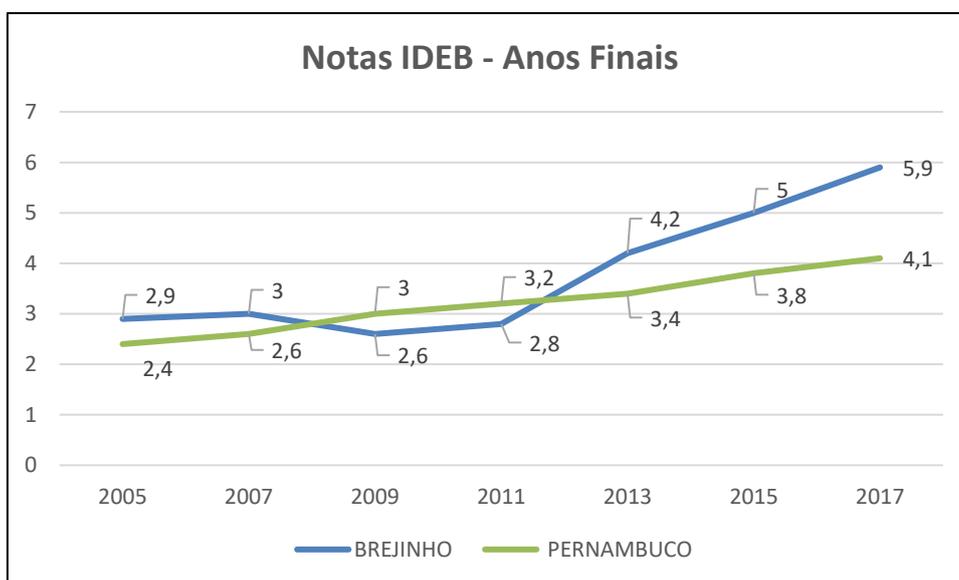


**Gráfico 8:** Evolução do IDEB de Brejinho – Anos Finais (2005 – 2017)



Fonte: INEP, 2019.

**Gráfico 9:** Evolução do IDEB x Brejinho e de Pernambuco – Anos Finais (2005 – 2017)



Fonte: INEP, 2019.

Como se pode observar pelos Gráficos 6 e 7 acima, o IDEB alcançado pelo ensino fundamental anos iniciais do município de Brejinho vem se mantendo ano a ano acima das metas projetadas pelo INEP para o município e nos últimos três anos acima da média das

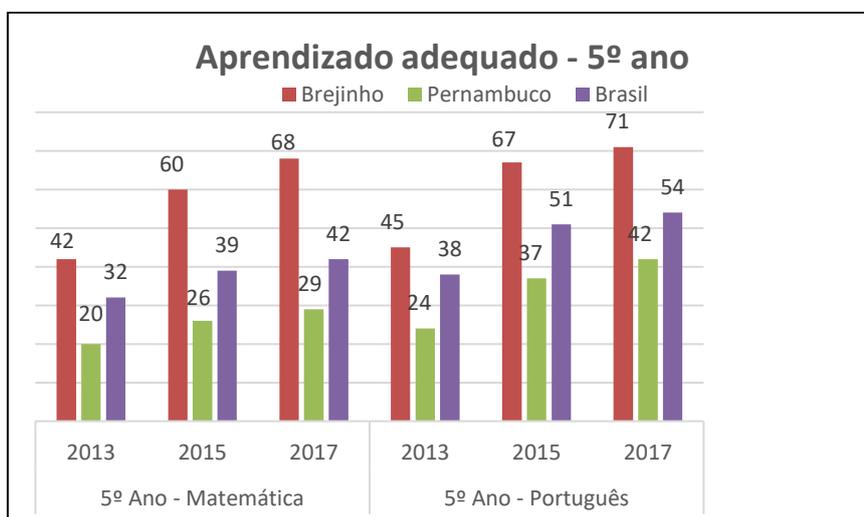


escolas municipais de Pernambuco. Destaca-se que o IDEB 2017 superou tanto a meta projetada quanto o valor alcançado por Pernambuco em quase 25%.

Quanto aos anos finais do ensino fundamental (Gráficos 8 e 9), percebe-se que nos anos de 2009 e 2011 as notas alcançadas pela rede municipal de Brejinho ficaram abaixo da projeção estipulada pelo INEP, mas houve uma recuperação a partir da avaliação feita em 2013 e nas seguintes, principalmente no ano de 2017, cuja nota obtida foi de 5,9, ou seja, bem acima da projeção para o respectivo ano que era de 4,4. Pelo Gráfico 8, se observa uma tendência de distanciamento gradativo da nota alcançada pelos anos finais do ensino fundamental de Brejinho em relação à meta do IDEB.

Um outro indicador relevante para medir proficiência na educação básica brasileira é o “*aprendizado adequado*”. Este indicador foi criado pelo *site* QEdu<sup>6</sup> que é uma organização sem fins lucrativos que busca conhecer e suprir as necessidades das escolas e redes de educação com relação ao uso de dados e indicadores educacionais. O indicador “aprendizado adequado” é calculado a partir da classificação das notas obtidas pelos alunos no SAEB na escala de proficiência criada pelo Movimento Todos Pela Educação. Esta escala possui quatro níveis: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. Considera-se como aprendizado adequado os alunos classificados nos níveis proficiente e avançado. Segue, abaixo, os Gráficos 10 e 11 **com os comparativos do percentual de alunos com aprendizado adequado nas disciplinas de português e matemática** na rede municipal de Brejinho, de Pernambuco e do Brasil:

**Gráfico 10:** Aprendizado Adequado do 5º ano em Brejinho – 2013 a 2017.

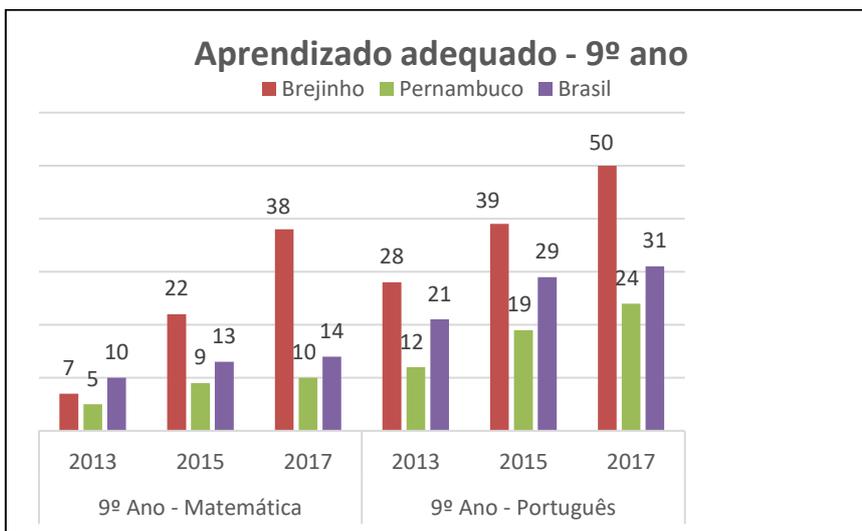


Fonte: Qedu, 2019.

<sup>6</sup> <https://www.qedu.org.br>.



Gráfico 11: Aprendizado Adequado do 9º ano em Brejinho – 2013 a 2017



Fonte: Qedu, 2019.

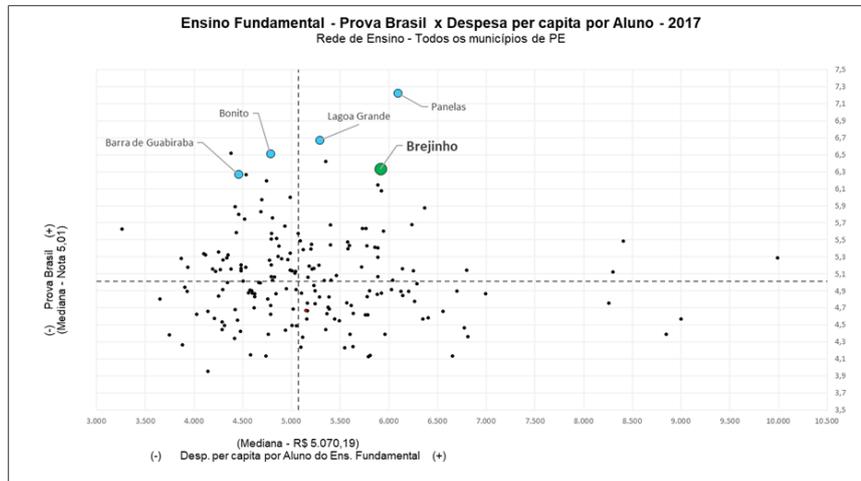
Como se pode verificar nos Gráficos 10 e 11 acima, o percentual de alunos da rede municipal de Brejinho desde 2013 vêm tendo um crescimento satisfatório no aprendizado na disciplina de português, tanto no quinto, quanto no 9º (nono) ano e sempre acima da média dos alunos da rede municipal de Pernambuco e do Brasil. O mesmo ocorrendo com o aprendizado em matemática em relação a rede municipal de Pernambuco. Apenas em 2013 o aprendizado em matemática do 9º (nono) ano ficou abaixo da rede municipal no âmbito de Brasil. Portanto, analisando a série da rede municipal de Brejinho isoladamente, verifica-se uma melhoria contínua no aprendizado das duas disciplinas analisadas pelo QEdu.

A última análise feita em relação ao município de Brejinho utilizando-se de indicadores é a relação entre “*despesa per capita por aluno do ensino fundamental*” e a “*nota na Prova Brasil*”<sup>7</sup> dentro do universo de diversos municípios de Pernambuco. Pelos dados trabalhados verifica-se que a despesa per capita do Município de Brejinho (R\$ 5.913,59) está acima da mediana do custo por aluno que é de **R\$ 5.070,19** (cinco mil e setenta reais e dezenove centavos) e que sua nota obtida na Prova Brasil (6,33-média entre a nota dos anos iniciais e a dos anos finais) se encontra bem acima da mediana dos resultados da referida avaliação, que é de **5,01** (cinco virgula zero um). No Gráfico 12 a seguir foram analisados diversos municípios de Pernambuco considerando-se os eixos “*despesa per capita*” e “*nota na Prova Brasil*”:

<sup>7</sup> Os estudantes do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas da rede pública a cada dois anos realizam uma prova padronizada, aplicada pelo MEC, que até 2018, ela se chamava Prova Brasil. A partir da edição de 2019, ela passou a ter o nome de Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).



**Gráfico 12:** Prova Brasil x Despesa *per capita* por aluno (ensino fundamental) – PE, 2017.



Fonte: INEP/FNDE, 2019.

Diante do exposto, observa-se uma melhoria nos indicadores educacionais da rede municipal de Brejinho nos últimos dez anos, o que aponta para uma evolução na qualidade do ensino no município, que **tem se mantido acima do que foi projetado para o município pelo INEP.**

### CAPÍTULO 3 – RESULTADOS DA AUDITORIA

A partir deste capítulo, inicia-se a descrição dos achados encontrados ao longo do processo de auditoria. Tanto as falhas que podem vir a comprometer os resultados do Ensino Fundamental no Município de Brejinho, quanto as boas práticas que foram identificadas. No presente caso, as boas práticas são preponderantes em relação aos achados negativos tendo em vista que um dos principais objetivos do trabalho de auditoria foi o de captar as boas práticas da gestão que explicam o bom desempenho do Município de Brejinho nas avaliações externas para que as mesmas possam ser levadas como propostas a serem replicadas em outras redes de ensino do estado de Pernambuco. É importante enfatizar que os achados de auditoria estão delimitados apenas ao eixo do Ensino Fundamental.



### 3.1 Boas Práticas

#### 3.1.1 Acompanhamento individualizado, reforço escolar, reensino, alunos monitores e troca de professores

A estratégia 2.3 do PNE trata da criação de mecanismos para a realização do acompanhamento individualizado dos alunos. Na rede municipal de educação de Brejinho este acompanhamento individualizado é feito através de fichas de monitoramento da aprendizagem. No caso dos anos iniciais do ensino fundamental, estas fichas seguem o modelo do “Programa Alfabetizar com Sucesso”. São fichas onde constam o desenvolvimento de cada aluno em relação aos descritores de língua portuguesa e matemática. Estas fichas são preenchidas por cada professor. Seguem modelos abaixo:

**Figura 1:** Ficha de acompanhamento por aluno – Língua Portuguesa

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO GERÊNCIA GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR		CONSOLIDADO - FICHA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA - 2º ANO - SUPERVISOR/EDUCADOR DE APOIO			
MUNICÍPIO: BREJINHO		ESCOLA MUNICIPAL SEVERINA TRAVASSOS DE LUCENA			
ANO DE REFERÊNCIA: 2019		CÓD. ESCOLA: 26015455 COORDENADORA: JOSELEUSA COSTA			
ALUNO (A)					
2º Ano Professora: Paula	LEITURA	ORALIDADE	APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA	PRODUÇÃO ESCRITA	LETRAMENTO LITERÁRIO
Código da turma: <b>BR2004</b>	Não lê pequenos textos de diferentes gêneros com autonomia. Localiza informações explícitas em pequenos textos de diferentes gêneros lidos com autonomia. Interpreta informações implícitas e avalia os personagens lidos em diferentes gêneros lidos com autonomia. Apresenta dificuldade de se orientar a partir de comandos e instruções em um texto.	Orienta-se a partir de comandos e instruções em um texto. Participa de interações orais, em sala de aula, respeitando os turnos de fala. Sem questionamento e argumentação. Com questionamento e argumentação. Produz gêneros em contextos diferenciados (respostas de perguntas, etc.).	Compreende e emprega as relações fonográficas em pequenos textos. Sem valor sonoro Com valor sonoro Convencional	Não produz pequenos textos de diferentes gêneros (poema, conto, texto, etc.). Produz pequenos textos de diferentes gêneros (poema, conto, texto, etc.) com ajuda. Produz textos de diferentes gêneros (poema, conto, texto, etc.) sem ajuda. Apresenta dificuldade de interação com textos literários (contos, poemas, quadrinhos, etc.).	Reconhece e reconhece palavras, quadras, poemas, contos, textos, etc. Reconhece e reconhece palavras, quadras, poemas, contos, textos, etc. Reconhece e reconhece palavras, quadras, poemas, contos, textos, etc. Reconhece e reconhece palavras, quadras, poemas, contos, textos, etc.
FEV					
MAR	X				
ABR	X				
MAI					
JUN	X				
JUL	X				
AGO	X				
SET	X				
OUT					
NOV					
DEZ					
TOTAL					

Fonte: Gestão da Escola Severina Travassos de Lucena



Figura 2: Ficha de acompanhamento aluno – Matemática

GERÊNCIA GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E CORREÇÃO DO FLUNO ESCOLAR  
 MATEMÁTICA

CONSOLIDADO - FICHA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM - 3º ANO - coordenador supervisor

MUNICÍPIO: BREJINHO ESCOLA MUNICIPAL SEVERINA TRAVASSOS DE LUCENA  
 ANO DE REFERÊNCIA: 2019 Cód. ESCOLA: 26015455 COORDENADORA: JOSELEUSA COSTA

ALUNO (A)	GEOMETRIA		ESTATÍSTICA	ÁLGEBRA	GRANDEZAS E MEDIDAS			NÚMEROS E OPERAÇÕES
	FIGURAS GEOMÉTRICAS	LOCALIZAÇÃO NO ESPAÇO			NOÇÃO DE GRANDEZA	SISTEMA MONETÁRIO	OUTRAS GRANDEZAS	
Turma: 3º Ano Professor(a): Paula Código de turma: 030204 Mês	Ajudar a identificar figuras geométricas planas Descrever e classificar figuras geométricas planas e espaciais Reconhecer planas de figuras iguais apresentadas em diferentes disposições	Ajudar a localizar objetos no espaço Localizar objetos no espaço considerando mais de um referencial Descrever caminhos entre dois pontos	Identificar informações Construir Em tabelas simples Em tabelas de dupla entrada Em gráficos Tabelas Gráficos de barras	Ajudar a não confundir números numéricos com palavras Completar sequências com elementos numéricos em uma sequência Descrever padrões com um determinado elemento em uma sequência	NOÇÃO DE GRANDEZA Compreender a noção de grandeza em situações concretas Comparar e ordenar objetos de acordo com suas dimensões Reconhecer e utilizar unidades de medida no contexto Reconhecer e utilizar unidades de medida no contexto	SISTEMA MONETÁRIO Reconhecer e utilizar unidades de medida monetária Compreender o valor de cada unidade monetária Reconhecer e utilizar unidades de medida monetária	OUTRAS GRANDEZAS Reconhecer e utilizar unidades de medida de comprimento, massa, capacidade, temperatura e tempo Reconhecer e utilizar unidades de medida de comprimento, massa, capacidade, temperatura e tempo	NÚMEROS E OPERAÇÕES Reconhecer e utilizar números naturais Reconhecer e utilizar números naturais Reconhecer e utilizar números naturais
FEV								
MAR	X							
ABR	X							
MAI		X						
JUN	X	X	X	X	X	X	X	X
JUL	X	X	X	X	X	X	X	X
AGO	X	X	X	X	X	X	X	X
SET	X	X	X	X	X	X	X	X
OUT								
NOV								
DEZ								

Fonte: Gestão da Escola Severina Travassos de Lucena

Também é feito um acompanhamento por turma, mostrando quantos alunos atingiram determinada habilidade. Trata-se de um consolidado elaborado pelo coordenador pedagógico para ser repassado à Secretaria Municipal de Educação e, posteriormente, à GRE.



Figura 3: Ficha de acompanhamento por turma – Língua Portuguesa

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
 GERÊNCIA GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

CONSOLIDADO - FICHA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA - 2º ANO - SUPERVISOR/EDUCADOR DE APOIO

MUNICÍPIO: BREJINHO ESCOLA MUNICIPAL SEVERINA TRAVASSOS DE LUCENA  
 ANO DE REFERÊNCIA: 2019 CÓD. ESCOLA: 26015455 COORDENADORA: JOSELEUSA COSTA

2º Ano Professora: Paula	Código da turma: BR2004	Movimentação	Entradas	Saídas	Número de estudantes	LEITURA			ORALIDADE				APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA			PRODUÇÃO ESCRITA			LETRAMENTO LITERÁRIO	
						Não lê pequenos textos de diferentes gêneros com autonomia	Localiza informações explícitas em pequenos textos de diferentes gêneros lidos com autonomia	Inferir informações simples a partir de pequenos textos com diferentes gêneros lidos com autonomia	Participa de interações orais, em sala de aula, respeitando os turnos da fala.	Sem questionamento e argumentação.	Com questionamento e argumentação.	Produz gêneros orais considerando os elementos da situação discursiva (especificidade do gênero)	Sem valor sonoro	Com valor sonoro	Convencional	Compreende as regularidades diretas da ortografia (P, B, T, D, F, V, M, N) na escrita de palavras	Não produz pequenos textos de diferentes gêneros (lista, convite, aviso, etc).	Produz pequenos textos de diferentes gêneros (lista, convite, aviso, etc) com ajuda	Produz pequenos textos de diferentes gêneros (lista, convite, aviso, etc), atendendo a diferentes situações comunicativas	Apresenta dificuldade de transgredir com textos poéticos (sonetos/lírios) (poemas, quadras, contos de fadas, etc)
FEV																				
MAR					13	8	5		7	6			6	7				13		
ABR					13	8	5		5	7	1		6	7				13		
MAI					13	4	9		2	4	7		5	8				13	5	
JUN			1		14	4	10		2	2	4	6	4	2	8		8	13	5	
JUL					14	4	10		2	1	5	7	2	4	4		8	13	5	
AGO					14	4	10		2	1	3	9	2	3	6		8	13	5	
SET					14	3	5	6	1	1	1	10	1	3	1	9	11	13	5	
OUT																				
NOV																				
DEZ																				
TOTAL																				

Fonte: Gestão da Escola Severina Travassos de Lucena

Quanto aos anos finais, é feito o acompanhamento bimestral das notas por disciplina de cada aluno e da frequência.

Para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental que apresentam dificuldade de aprendizagem é oferecido reforço escolar. Este reforço é solicitado pela gestão da escola à Secretaria Municipal de Educação no momento da reunião de alinhamento em que a escola apresenta a situação da aprendizagem dos seus alunos. Segue abaixo, relato da Secretária de Educação e de Coordenadores:

**Relato 1:** Eles passam pra mim a situação das escolas, a situação dos alunos que estão abaixo da média, o que é que a escola está fazendo. ... Aí a gente faz o alinhamento após cada bimestre. A gente se reúne, eles me repassam os problemas das escolas, por que tem aquela quantidade de alunos abaixo da média, o que é que a escola pode fazer e o que é que a Secretaria pode fazer para ajudar a escola. Aí é onde vem as coisas que eles me pedem: reforço, ... dali vão surgindo as necessidades das escolas e eu vou suprindo.

**Relato 2:** No alinhamento com os diretores e coordenadores, a gente vê a questão dos alunos abaixo da média, aí eles pedem à SME o reforço.



Outra prática para lidar com a defasagem no aprendizado é o reensino. Quando uma matéria é dada e nas avaliações se verifica que alguns alunos não assimilaram de maneira adequada o assunto, os professores são orientados pela Secretaria Municipal de Educação a ministrar novamente a matéria. Conforme relato da Secretária de Educação “é uma recuperação paralela”, não se espera chegar ao fim do bimestre para que o aluno tenha o direito de rever a matéria. Seguem transcrições de trechos das entrevistas realizadas sobre este assunto:

**Relato 1:** É assim, o aluno não atingiu aquela média nas atividades, durante a unidade. Não é a nota final não, é durante as atividades que o professor dá. O aluno não recuperou, então o professor tem que dar o reensino pra o aluno recuperar porque quando o professor vê que o aluno está abaixo da média então o aluno tem este direito.

**Relato 2:** Aí teve uma nota e o aluno não atingiu, então o professor tem que dar o reensino e não outra prova, ele tem que reensinar porque se o aluno não aprendeu é porque faltou alguma coisa no conteúdo. O reensino é dado pelo professor titular.

**Relato 3:** Tem o reensino que é justamente o professor voltar a revisar o conteúdo e aplicar uma nova atividade, dar uma nova chance ao aluno. Ele revisa o conteúdo, isso ocorre quando ele aplica uma atividade ao aluno e o aluno não atinge [...] ele não teve um bom conhecimento do conteúdo. Aí ele aplica o reensino pra esse aluno [...].

A rede municipal de ensino de Brejinho conta, também, com a estratégia de utilizar alunos monitores para o auxílio aos estudantes que apresentam baixo rendimento. Segundo uma coordenadora entrevistada, o professor seleciona alunos que estejam com um bom desempenho na matéria em questão para dar suporte a alunos que estejam com dificuldades de aprendizagem. Este auxílio pode ser durante as aulas ou no contraturno em grupo de estudo em casa. Segue abaixo um extrato da entrevista que mencionou o assunto em epígrafe:

“Trabalha atividades diversificadas [...] a gente tem os monitores que são alunos bons, que têm um bom conhecimento e ajuda esse aluno que tem dificuldade. O professor seleciona monitores em sala. Pode ser em sala e também no contraturno, eles podem formar grupos de estudo em casa. Por exemplo, o professor trabalhou uma atividade, tem aquele aluno que tem dificuldade e tem outro que tem uma alta aprendizagem. O que tem alta aprendizagem termina rápido. Ele terminou, ele vai ajudar aquele que está com dificuldade. Em sala e também grupos de estudo em casa.”

Uma última estratégia observada na rede educacional de Brejinho para facilitar o processo de aprendizagem foi a troca de professores. Esta prática visa possibilitar ao aluno o contato com uma abordagem diferente sobre a matéria para, com isto, facilitar seu entendimento. Ela é particularmente utilizada nos aulões preparatórios para as provas externas. Seguem relatos sobre a permuta de professores:

**Relato 1:** Em cada unidade a gente faz o monitoramento para com os nonos, quintos e segundos com simulados, temos aulões, temos troca de professores para outros também repassarem de forma clara o conteúdo porque às vezes o aluno foca só naquele professor e não entende bem os conteúdos e quando vem outro às vezes fica bem mais claro



**Relato 2:** A troca de conhecimentos é uma prática que a gente tem também, que a gente faz. A gente faz nas salas, no aulão que a gente faz essa troca. Por exemplo, temos o professor do nono ano de matemática e temos outro professor que ensina no oitavo, ele não tem contato com o nono, mas a gente chama esse professor do oitavo pra fazer um aulão com os nonos [...] em que não envolva o professor atual do nono. Ele fica à escuta ali ajudando, mas é o professor do oitavo quem repassa esse aulão pra ser uma forma diferente porque às vezes os alunos têm o costume de [...] tem uma habilidade com um professor e quando vem outra já é outra habilidade, outra forma de repassar os conteúdos, isso é muito importante para os bons resultados, a troca de conhecimentos.

### 3.1.2 Estratégias motivacionais

Nas entrevistas realizadas nas escolas municipais de Brejinho foi verificada a adoção de diversas práticas motivacionais com vistas a melhorar o desempenho educacional dos alunos. Entre as ações implementadas estão o “Projeto Pódio” com a participação em olimpíadas, aulões, realização de palestras, premiação por mérito e a elaboração do ranking das turmas.

O Projeto Pódio é uma iniciativa que visa preparar os estudantes para olimpíadas de conhecimento e é focado no ensino da matemática. Seguem relatos de uma gestora escolar e de dois coordenadores pedagógicos sobre este projeto:

**Gestora:** Tem vários projetos aqui que a gente trabalha. O principal que a gente tem é o projeto Pódio que é de matemática que prepara os alunos para as várias olimpíadas externas e também prepara para sala de aula na matemática. Então a partir...que surgiu esse projeto desde 2014 para cá então incentivou mais os alunos a conhecerem melhor a matemática e a gostar. Então esse é um dos principais projetos que a gente tem aqui na escola. Prepara o aluno para as provas de matemática externas (incluindo as olimpíadas) e internas também.

**Coordenador 1:** Das disciplinas que eu coordeno só não apareceu (olimpíada) de geografia mas o restante,...e a gente gosta de inscrever eles pra estar incentivando...Já teve de língua portuguesa, inglês, história e matemática, aparece mais de matemática. Então todas essas olimpíadas que vão aparecendo a gente inclui pra envolver eles e também pra eles terem um conhecimento lá de fora, né?

**Coordenador 2:** A gente já tira um professor da sala em horário extra. Por exemplo, temos quatro professores de matemática que preparam esse projeto do pódio, aí como é que a gente associa...eles têm dez aulas atividades que é para o projeto, aí eles vêm no horário oposto às aulas deles pra dar essas aulas.

Quanto aos aulões, eles têm como finalidade preparar os estudantes para as provas externas e são dados, normalmente, por professores que lecionam em outras séries para que os alunos tenham a oportunidade de entrar em contato com formas diferentes de abordar os conteúdos. Segue relato de uma coordenadora pedagógica acerca dos aulões:

“Em cada unidade a gente faz o monitoramento para com os nonos, quintos e segundos com simulados, temos aulões, temos troca de professores pra outros



também repassarem de forma clara o conteúdo porque às vezes o aluno foca só naquele professor e não entende bem os conteúdos e quando vem outro às vezes fica bem mais claro.”

Segundo a Secretária de Educação do município, uma das práticas motivacionais utilizadas com os alunos é oferecer palestras com “*filhos da terra*” bem sucedidos. Segue relato da gestora:

“A gente traz os filhos da terra que são bem sucedidos pra dar palestra pros alunos, pra motivar.”

É feita, também, a premiação e a concessão de certificado para os alunos que acertam 100% (cem por cento) das avaliações bimestrais ou simulados. Os prêmios concedidos são medalhas, brindes e passeios. A entrega da premiação se dá no pátio da escola com a participação dos alunos e de pais. Seguem trechos de relatos tirados das entrevistas realizadas nas escolas sobre a concessão de premiação e certificados:

**Relato 1:** Muitas vezes a gente disponibiliza de um adesivo, uma canetinha, um lápis para incentivar. (brindes) Pra aqueles que tiram o 100%.

**Relato 2:** Sim, ela orienta para divulgar e também chama os pais até a escola. Tem um momento que a gente para os alunos, tem um pátio ali, a gente chama, divulga os resultados. A gente divulga os 100%.

**Relato 3:** A gente ainda dá premiozinho para os destaques. Das internas também, os alunos que fecham as avaliações, a gente faz movimento no pátio, chama os pais, dá medalha, um certificadozinho, é uma maneira de incentivar.

**Relato 4:** A gente costuma dar medalhas e prêmios tanto em simulados, em avaliações e na do PMALFA que eles fizeram recentemente. O aluno que fecha todas as questões a gente faz questão de sempre dar alguma coisa pra incentivar eles e aos demais que não chegaram lá ainda.

Uma última prática a ser relatada é a elaboração do ranking das turmas. Esta prática é adotada na Escola São Sebastião e consiste em calcular a média bimestral das turmas e divulgar um quadro com a classificação de cada turma. Segue relato da gestora:

“Após tudo isso aqui a gente também faz o ranking porque é uma coisa que motiva eles não é? Quem é que não quer ficar em primeiro lugar? Então a gente sempre classifica do primeiro ao terceiro lugar. Então no primeiro lugar nesta unidade a gente teve o oitavo ano A com 82%, no segundo lugar tivemos duas turmas, o sexto ano A e o C e o terceiro lugar foi para o oitavo ano C com 69% dos resultados. Ninguém nunca quer ficar para trás.”

A seguir o modelo de ranking utilizado na escola São Sebastião:



Figura 4: Ranking das turmas



II Unidade Didática – 2019		
RANKING DAS TURMAS DO FUNDAMENTAL II COM OS MELHORES RESULTADOS NA MÉDIA		
Colocação	Turma	Porcentagem
1º Lugar	8º Ano "A"	82%
2º Lugar	6º Ano "A" 6º Ano "C"	81%
3º Lugar	8º Ano "C"	69%
4º Lugar	7º Ano "B"	67%
5º Lugar	7º Ano "D" 9º Ano "C"	62%
6º Lugar	6º Ano "B" 8º Ano "B"	57%
7º Lugar	9º Ano "A"	51%
8º Lugar	7º Ano "C"	49%
9º Lugar	8º Ano "D"	48%
10º Lugar	6º Ano "D"	43%
12º Lugar	9º Ano "B"	41%
11º Lugar	4ª fase "B"	37%
13º Lugar	7º Ano "A"	33%
14º Lugar	3ª Fase	20%
15º Lugar	4ª fase "A"	19%

Fonte: Gestão da Escola São Sebastião

### 3.1.3 Gestão de Resultados

A gestão de resultados educacionais, de acordo com o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar (Consed, 2007), “abrange processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola – rendimento, frequência e proficiência dos alunos. Destacam-se como indicadores de qualidade: a avaliação e melhoria contínua do projeto pedagógico da escola; a análise, divulgação e utilização dos resultados alcançados; a identificação dos níveis de satisfação da comunidade escolar com o trabalho da sua gestão; e transparência de resultados”.

Nas entrevistas realizadas, quando questionados sobre o aspecto positivo mais relevante ou a que se deve atribuir os bons resultados alcançados pelas escolas de Brejinho, todos os atores deram bastante ênfase à questão do monitoramento da aprendizagem e de outros fatores que interferem no desempenho da escola. De acordo com o que foi evidenciado nas entrevistas, este monitoramento é realizado pela gestão escolar (Diretora e Coordenadores) e professores. Existem, ainda, os encontros bimestrais, chamados de reuniões de alinhamento, em que a SME acompanha o andamento das escolas.



### 3.1.3.1 Acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação

O acompanhamento realizado pela SME se dá através de visitas às escolas por parte de Coordenadores e da Secretária Municipal de Educação e, também, através de reuniões de alinhamento.

As reuniões de alinhamento são realizadas após as avaliações bimestrais e têm como finalidade, além do acompanhamento do desempenho das escolas, a socialização do que está dando certo em cada instituição de ensino, bem como das dificuldades enfrentadas. Nela, analisa-se dados como o quantitativo de alunos abaixo da média e de alunos faltosos e apresenta-se as providências tomadas pela gestão escolar para lidar com as dificuldades relatadas. É neste momento, também, que se busca junto à Secretaria de Educação os subsídios necessários para resolver os problemas emergentes. Estes subsídios podem ser a oferta de reforço escolar, a capacitação do corpo docente, entre outros. Seguem relatos citados pela Secretária de Educação e Coordenadoras de Ensino sobre o as reuniões de alinhamento:

**Relato 1:** Eles passam pra mim a situação das escolas, a situação dos alunos que estão abaixo da média, o que é que a escola está fazendo. [...] Aí a gente faz o alinhamento após cada bimestre. A gente se reúne, eles me repassam os problemas das escolas, por que tem aquela quantidade de alunos abaixo da média, o que é que a escola pode fazer e o que é que a Secretaria pode fazer para ajudar a escola. Aí é onde vem as coisas que eles me pedem: reforço, ...dali vão surgindo as necessidades das escolas e eu vou suprindo. É uma forma de eu ouvir porque eu não posso estar todo dia nas escolas [...]

**Relato 2:** No alinhamento a gente aborda os resultados das avaliações e dos simulados, a gente aborda os problemas das escolas. Os alunos abaixo da média.

**Relato 3:** Essas (reuniões) de alinhamento só são com os Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos, Secretária de Educação e o Diretor de Ensino. Nessas de alinhamento somos nós que vamos discutir o que é que estamos fazendo na escola, o que foi que deu certo, o que é que precisa melhorar. Nessas reuniões a gente trata disso, mostra como é que foi a unidade, as faltas dos alunos dessa escola, por exemplo. Durante esta unidade houve tantas faltas, houve tantos para casa sem fazer.

**Relato 4:** A gente tem as formações pontuais que são aquelas que o Estado manda e a gente tem a nossa que quando a gente faz o alinhamento e vê onde tem defasagem, aí o pessoal se reúne e vai em cima do ponto.

**Relato 5:** No alinhamento com os diretores e coordenadores, a gente vê a questão dos alunos abaixo da média, aí eles pedem à SME o reforço.

**Relato 6:** Tem o alinhamento também que faz no final de cada bimestre. O alinhamento é juntar todos os diretores e coordenadores das escolas do município e fazer o repasse...que é justamente pra ver o resultado de cada escola buscando estratégias...uma escola levando a ideia para outras como o resultado foi bom ali...avaliar o desempenho de cada escola e troca de experiência. É uma ação da SME com todas as escolas ao mesmo tempo.

**Relato 7:** Quando a gente fecha os resultados a gente manda pra SME, eles têm o conhecimento e quando tem o encontro para o alinhamento é só para fechar, dar o feedback e trocar experiência. E às vezes ela convida pessoas para nos orientar melhor naquele momento.



### 3.1.3.2 Monitoramento realizado pela gestão escolar

Quanto ao monitoramento realizado internamente nas escolas, ele é feito pela gestão escolar (diretora, vice-diretora e coordenadores) junto aos professores e alunos. Por exemplo, na escola São Sebastião, a gestora realiza reuniões junto aos coordenadores e professores do ensino fundamental I mensalmente para verificar o andamento das turmas. Segue transcrição de entrevista com a gestora escolar que discorre sobre este monitoramento:

Ele é feito pela direção da escola sempre com a participação do coordenador. Ele não acontece no planejamento, ele acontece após o planejamento, [...] (o objetivo é) focar o aprendizado do aluno. Por exemplo, o professor tem quatro horas para o seu planejamento. Então, passando as quatro horas, terminou o planejamento com a coordenação, a gente senta com eles pra avaliar esse resultado da turma [...] Por exemplo, no primeiro ano A quantos alunos estavam alfabetizados em abril, quantos não alfabetizados, [...] quantas faltas esses alunos tinham em cada mês. Aí tem o somatório de cada um. Aqui tem o para casa, quantos alunos no primeiro ano A não fizeram o para casa, apenas três alunos, esse aluno diminuiu em abril e permanece em maio [...] e os livros lidos.

Em relação ao ensino fundamental II, as reuniões são bimestrais de acordo com o relato da gestora abaixo:

[...] porque a gente trabalha por bimestre...para o ensino fundamental II é essa ficha [...] todas as disciplinas e todos os alunos. E a partir daí a gente prepara um gráfico por turma pra apresentar aos professores, aos alunos e aos pais dos alunos [...] E do mesmo jeito que a gente faz com as avaliações a gente faz com os simulados [...] esse mesmo monitoramento é feito com os simulados [...].

Em todas as escolas municipais o acompanhamento dos coordenadores com os professores é realizado através da observação em sala de aula e das reuniões de aula atividade. Segue relato sobre a observação em sala de aula:

**Relato 1:** São três visitas mensais por cada disciplina [...] No final de cada mês fazemos a devolutiva pra esse professor de acordo com a visita em sala com pontos positivos e sugestões do que ele pode melhorar em relação a sua disciplina. Isso é um monitoramento que é muito importante.

**Relato 2:** Quando eu entro, eu observo e se eu vir que tem alguma coisa que possa ser melhorada, no planejamento eu já repasso para o professor, eu digo: “olha, isso aqui eu acho que você fazendo dessa maneira, poderia ser melhor.” E funciona muito bem. Até porque eu não entro como fiscal, eu entro com um olhar de ajuda, de querer ajudar, somar, no conhecimento, no aprendizado do aluno. É o foco.

**Relato 3:** [...] depende muito de como a gente vai para lá. Se a gente for para lá sentar e ficar como um radar só captando tudo o que acontece, aí é meio constrangedor mesmo porque o professor olha e fica pensando “o que será que está pensando?”, “qual será a visão do coordenador sobre isso que eu estou fazendo?”[...] mas aí a gente chega lá na maior naturalidade, chega lá já começa a mexer com o menino, “tá fazendo o quê?”, “mas tá bonito, que coisa boa, pois se fosse para eu dar essa aula eu nem ia saber, eu tinha que estudar



muito pra dar essa aula”, eu converso por ali e eles não se sentem mais incomodados, de jeito nenhum. Eu sei pelo jeito deles mesmo e porque quando a gente vai saindo eles dizem: “não vá agora não, fica mais um pouquinho”, chama a gente para trás, depende muito do que a gente faz lá dentro.

Em relação às aulas atividade, elas são realizadas semanalmente com duração de três a quatro horas. Seguem relatos das coordenadoras:

**Relato 1:** Por exemplo, se tem dois professores que ensinam matemática no sexto ano, eles trocam ali os conteúdos, trocam as atividades, vê o que deu certo pra um, o que deu certo pra outro, é uma troca de conhecimento. E mesmo quando é de anos diferentes porque sempre um já trabalhou num ano e o outro em outro, aí tem essa troca de experiência. E também em relação ao comportamento do aluno, disciplina e aprendizagem.

**Relato 2:** Eu seleciono previamente os conteúdos a serem abordados no planejamento, aí eu repasso pra elas e ali elas vão fazer suas rotinas diárias já pesquisando material, do livro didático, de internet.

Em outro trecho, uma coordenadora detalha a dinâmica da reunião de aula atividade:

É assim, a coordenação prepara a pauta semanal de tudo o que vai ocorrer ali, do que temos que conversar com os professores. Nessa pauta, repassamos o que temos que receber deles, entregamos o que temos que repassar para eles também, sempre levamos o material para entregar a eles [...] sentamos com eles e vamos conversar sobre o que está ocorrendo em sala, como é que está a disciplina, os conteúdos, o comportamento dos alunos, se o objetivo daquela semana deu certo, até onde podemos intervir. Então são várias coisas assim. Então isso é uma forma de monitoramento de acordo com o planejamento que temos.

O monitoramento dos anos iniciais do ensino fundamental segue as diretrizes estabelecidas pelo Programa Alfabetizar com Sucesso (PAS), parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Governo do Estado. O PAS é uma política educacional que envolve um programa de gerenciamento de dados de aprendizagem para a referida etapa educacional. Uma coordenadora cita, abaixo, o monitoramento realizado com base no PAS:

[...] o monitoramento não só é através de uma avaliação. A avaliação é só mais um suporte. A gente avalia mais o aprendizado dos alunos nas fichas mensais, no acompanhamento das turmas, porque as fichas mensais do PAS, elas têm as questões de oralidade, produção, escrita e análise linguística. E matemática também os cinco eixos. Aí a gente avalia mensalmente. O monitoramento de aprendizagem é geral, por igual. Através das fichas mensais e visitas às turmas [...].

Neste acompanhamento realizado com base no PAS são acompanhados dados de frequência de alunos e professores, aprendizagem por aluno em relação a cada descritor, realização das tarefas de casa (Para Casa), Índice de Aprovação, Correção de Fluxo (Taxa de Distorção Idade-Série), Livros Lidos, dentre outros. Para tanto são utilizados cartazes e fichas de acompanhamento.



### 3.1.4 Observação em sala de aula

De acordo com Reis<sup>8</sup> “a observação(de sala de aula) desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, constituindo uma fonte de inspiração e motivação e um forte catalisador de mudança na escola.”

Em Brejinho, a observação de sala de aula é uma prática difundida por toda a rede e é realizada tanto por coordenadores da SME quanto pelos coordenadores de cada escola. Sua importância está no fato dela proporcionar um olhar diferente sobre o que ocorre dentro da sala de aula, possibilitando ao professor um *feedback* sobre sua prática pedagógica para que assim, ele possa manter um contínuo aprimoramento do seu trabalho com os alunos. Seguem relatos das Coordenadoras e da Secretária de Educação sobre a observação de sala de aula:

**Relato 1:** São três visitas mensais por cada disciplina...No final de cada mês fazemos a devolutiva pra esse professor de acordo com a visita em sala com pontos positivos, e sugestões do que ele pode melhorar em relação a sua disciplina. Isso é um monitoramento que é muito importante.

**Relato 2:** Quando eu entro, eu observo e se eu vir que tem alguma coisa que possa ser melhorada, no planejamento eu já repasso para o professor, eu digo: “olha, isso aqui eu acho que você fazendo dessa maneira, poderia ser melhor.” E funciona muito bem. Até porque eu não entro como fiscal, eu entro com um olhar de ajuda, de querer ajudar, somar, no conhecimento, no aprendizado do aluno. É o foco.

**Relato 3:** A gente tem o alinhamento, o resultado dos simulados, mas a gente não tem avaliação própria não. Tem visitas técnicas, os coordenadores visitam as salas de aula, os da SME e os das escolas.

Os professores entrevistados também demonstraram achar positiva a prática da observação de sala de aula. Seguem relatos de entrevistas com professores:

**Relato 1:** Eu creio que é bastante positivo, é mais um instrumento que contribui com o nosso trabalho. Em todas as unidades existe uma quantidade de aulas em que o coordenador vai para a sala.

**Relato 2:** Eu vejo de uma forma positiva, até como uma forma de ajudar a gente na sala de aula. É uma pessoa diferente vendo a realidade. Eu não vejo como um lado negativo não. Eu acho como uma forma positiva porque mostra que o coordenador está ali presente. Ele pode nos ajudar em alguma coisa. Se tiver alguma coisa que a gente não está trabalhando da forma que deveria trabalhar, ele também pode intervir, chegar, chamar. Acredito que seja positivo.

**Relato 3:** Às vezes a gente está numa sala de aula achando que tudo está bonito, maravilhoso. Às vezes uma pessoa vem e diz assim “olha, se você for por este caminho, também dá certo, né?”

**Relato 4:** Eu gosto porque ela está observando para no planejamento fazer o repasse pra gente do que observou [...] porque às vezes não está surtindo muito efeito e a gente não percebe, então ela dá essa devolutiva pra gente no planejamento e ajuda muito também os alunos nas visitas, ela não vai lá e fica

<sup>8</sup> PORTUGUAL. Ministério da Educação. Conselho Científico para a Avaliação de Professores: **Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente**, Pedro Reis. Lisboa, 2011. p. 37.



somente sentada, ela vai na hora da atividade e ajuda as crianças. É um apoio mesmo que a gente tem.

Diante do exposto considera-se que a observação de sala de aula pode ser considerada como uma boa prática da gestão municipal de ensino.

### 3.1.5 Professores com pós-graduação

Um dos fatores considerados mais importantes para se alcançar uma melhoria da qualidade da educação pública é a qualificação dos docentes. Não é por acaso que se encontra entre as vinte metas do PNE, duas que tratam especificamente deste assunto. Segue, abaixo, a transcrição destas metas:

- **META 15** - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- **META 16** - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

No PME constam, também, duas metas que tratam da qualificação dos profissionais de educação, quais sejam:

- **META 14** – Colaborar com a elevação de matrículas em cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu melhorando gradualmente a qualidade no ensino tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, em regime de colaboração com a união e o Estado.
- **META 15** – Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 02 (dois) anos de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os/as professores/as da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Em resposta ao ofício NAE/GEAP 02/2019, a SME de Brejinho informou(doc3) que o município possui atualmente 74 (setenta e quatro) professores de ensino infantil e fundamental, todos com pós-graduação lato sensu. Desta forma, o município já ultrapassou



a meta de 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica com pós-graduação, prevista para ser obtida até o último ano de vigência do PNE.

### 3.1.6 Seleção temporária para formação de cadastro de reserva de professores

A SME de Brejinho encontrou uma forma de suprir tempestivamente a necessidade de professores de reforço, de professores auxiliares e de professores substitutos. Há a manutenção de uma lista de professores classificados em processo seletivo de contratação temporária e a nomeação dos classificados vai ocorrendo de acordo com a necessidade das escolas. Seguem relatos proferidos durante as entrevistas sobre esse respeito:

**Relato 1:** Para os professores auxiliares e de reforço a gente faz contratação temporária através de seleção simplificada.

**Relato 2:** A gente faz o seguinte. Agora mesmo o Estado vai oferecer uma. Aí as escolas montam o cronograma e aí eu vejo uma pessoa para ficar no lugar do professor. Amanhã eu vou ter uma formação e vai ser o dia inteiro, então eu chamei pessoas para substituí-los. Eu tenho que fazer a nomeação de uma professora que passou na seleção temporária. Quando é só para um dia a pessoa se nega a tomar posse para trabalhar só um dia porque a próxima convocação pode ser para substituir o mês inteiro.

**Relato 3:** No caso aqui, ontem, eu precisei do professor titular do primeiro e segundo ano na formação do Programa Criança Alfabetizada, aí quem assumiu a turma? Foi a que está auxiliando do PMALFA e a que dá reforço. Todas têm graduação...aí como elas já trabalham na escola, já conhecem a turma, elas já substituíram e assim foram as demais escolas também.

A manutenção de um cadastro de reserva de professores formado a partir de processo seletivo simplificado contribui para o bom andamento dos trabalhos nas escolas ao agilizar o suprimento de profissionais para substituir professores, ministrar reforço escolar e auxiliar as atividades em sala de aula, podendo ser considerada uma boa prática por parte da Secretaria Municipal de Educação.

## 3.2 Deficiências na infraestrutura das escolas

### 3.2.1 Inadequações físicas das escolas municipais

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>9</sup>, trata da questão de infraestrutura nos seguintes termos:

---

<sup>9</sup> Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.



[..]

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

[...]

Pela LDB considera-se também como despesas públicas destinados à educação no desenvolvimento do ensino público a “*aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino*” (Inciso II do artigo 70). Portanto, através da LDB, a construção e a conservação das instalações escolares são incluídas nos orçamentos de educação. Por força da referida lei surge uma série de normas legais produzidas com o objetivo de definir critérios de qualidade para infraestrutura das unidades.

Cabe às secretarias municipais de educação, entre outras competências, visando a definir e a implementar a política municipal para a área, em consonância com a legislação vigente e com os princípios expressos na Política Nacional e Estadual de Educação Infantil:

- elaborar padrões de infraestrutura para as instituições de educação de acordo com os parâmetros nacionais e com a Lei de Acessibilidade;
- adotar medidas para garantir que os imóveis onde funcionam as instituições estejam em conformidade com os padrões municipais de infraestrutura estabelecidos e de acordo com a Lei de Acessibilidade.

O PNE e o PME de Brejinho também abordam a questão da infraestrutura conforme transcrições a seguir:

- Estratégia 7.5 do PNE - Formalizar e executar **os planos de ações articuladas** dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e **à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar**;
- Estratégia 7.6 do PME – **Garantir adequações arquitetônicas nas escolas municipais**, observando o atendimento às regras de acessibilidade previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, com o objetivo de favorecer a igualdade de acesso e as condições de permanência dos alunos, com ou sem deficiência, assegurando o direito de todos os estudantes compartilharem os espaços comuns de aprendizagem;
- Estratégia 7.11 do PME – Buscar apoio junto ao Governo Federal para **dar continuidade a ampliação e adequação dos prédios das escolas municipais** e estaduais hoje existentes, possibilitando a todos o uso de novas tecnologias no ensino, com a instalação de espaços como as bibliotecas multimídia, as Salas de Informática e outras, conforme o projeto político-pedagógico da escola;
- Estratégia 7.12 do PME – Sinalizar no Plano de Ações Articuladas a



necessidade de **construção gradativa das quadras poliesportivas** em todas as escolas de Ensino Fundamental que dispuserem de espaço físico;

- **Estratégia 7.21 do PME** - Adequar a estrutura física para **implantar as Salas de Recursos Multifuncionais**, em parceria com o Governo Federal, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar na própria escola ou em instituições especializadas.

Importante informar que as estratégias do PME listadas acima pertencem a Meta 7 do plano municipal, que dispõe o seguinte: “*Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.*”

Nas visitas realizadas às cinco escolas que oferecem ensino fundamental<sup>10</sup> foram observados alguns problemas com a infraestrutura. Dentre as deficiências encontradas, as principais foram:

- Inadequação quanto à acessibilidade de pessoas com deficiência;
- Salas sem conforto térmico (quentes);
- Falta de biblioteca;
- Falta de laboratórios (ciência e/ou informática);
- Falta de refeitórios e respectivos equipamentos;
- Falta de espaço e de equipamentos para recreação e para a prática esportiva (parques de recreação, quadra poliesportiva, etc);
- Muro de proteção.

Seguem, abaixo, registros fotográficos das deficiências de infraestrutura encontradas:

---

<sup>10</sup> Entre as cinco escolas duas são multiseriadas.



**Foto 1:** Sala de aula da escola Ana Alexandrina da Conceição (sem ar condicionado ou ventiladores)



Fonte: Equipe TCE

**Foto 2:** Sala de aula da escola Manoel Francisco (sem ar condicionado ou ventiladores)



Fonte: Equipe TCE



Os problemas de infraestrutura também foram relatados pelos entrevistados, quando da visita da equipe de auditoria. Como amostra do que foi dito, apresenta-se a seguir, alguns dos relatos proferidos pelos entrevistados sobre a avaliação que eles têm sobre a estrutura física das escolas:

1. “Tem uma salinha de leitura, biblioteca não, mas assim...prioridade eu acho é a murada porque as crianças ficam muito à vontade, soltas. Mas tem outras coisas que deveria ter.”
2. “A salinha de leitura porque é de leitura mesmo, não é uma biblioteca, não serve como fonte de pesquisa. Ela é utilizada pelos professores, porque eles diariamente fazem um momento de leitura com os alunos.”

Entende-se que as desconformidades trazem as seguintes consequências para a aprendizagem:

- A inadequação da estrutura física para o atendimento das pessoas com deficiência pode dificultar a utilização por elas dos equipamentos e dependências, como salas de aula e banheiros, além de poder colocar em risco a integridade física destas pessoas;
- A falta de uma boa climatização nas salas de aula traz o desconforto térmico, prejudicando a apresentação das aulas pelos professores e dificultando o processo de ensino-aprendizagem;
- A ausência de biblioteca priva os alunos da oportunidade de ter contato com os livros em um local adequado que contribua para o gosto pela leitura, além de dificultar a organização e o acesso ao acervo disponível na escola. Para suprir a falta de biblioteca nas escolas, são adaptados espaços para servirem como salas de leitura. É importante ressaltar que sem espaço para praticarem a leitura, os alunos ficam prejudicados no desenvolvimento da autonomia para o aprendizado e para sua formação como cidadão;
- A ausência de laboratório nas escolas da rede municipal resulta em privar os alunos da experiência das aulas práticas da área de ciências, deixando-os sem esta importante ferramenta de aprendizagem. Tal situação não deixa as crianças se relacionarem com objetos e acontecimentos e de buscarem as causas das relações que estão nos experimentos praticados dentro de um laboratório;
- Ausência de refeitórios nas escolas forçam as refeições serem feitas em locais inadequados e de forma improvisada, como em pátios das escolas, onde recreiam, e em salas de aula, o que traz desconforto aos alunos das escolas;
- Falta de espaço e de equipamentos para recreação impede que os alunos tenham convivência e explore os espaços disponíveis em cada escola e conseqüentemente, pode vir a afetar as atividades pedagógicas e movimentos ao ar livre, o que poderá comprometer o desenvolvimento físico e sociocultural das crianças e adolescentes que estão desprovidos de oferta de recreação pelo poder público municipal;
- A falta ou a redução de prática esportiva nas escolas, como citado em vários estudos, implica em problemas de saúde pública como o crescimento de casos



de aumento da obesidade e doenças crônicas na adolescência, como diabetes e hipertensão. Já há questionamentos por especialistas que o sedentarismo traz consequência negativa ao cérebro;

- A falta de muro de proteção traz a sensação de insegurança tanto aos funcionários das escolas como coloca os alunos em risco a qualquer tipo de acidente, além de facilitar a fuga de qualquer criança das escolas que não possuem esse tipo de proteção à área externa da circunvizinhança.

É importante destacar que em recente estudo da Unesco e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que analisou qualidade de infraestrutura em instituições de ensino fundamental constatou que os valores mais altos dos indicadores de infraestrutura estão mais concentrados em escolas que apresentam melhores resultados do IDEB, mostrando que os resultados escolares são maiores quando a infraestrutura também é melhor<sup>11</sup>.

É importante ressaltar que a auditoria realizada nas unidades escolares de ensino fundamental visitadas identificou que as escolas municipais apresentam uma boa infraestrutura, porém precisando de pequenas adequações para o efetivo aproveitamento e desenvolvimento dos seus alunos. Diante do exposto, **recomenda-se à SME de Brejinho** tomar as devidas providências no sentido de realizar em suas escolas as seguintes propostas:

1. Elaborar relatório técnico com diagnóstico da atual situação de infraestrutura das unidades escolares sob sua dependência administrativa, identificando as desconformidades existentes com os parâmetros essenciais para concepção e construção de um ambiente físico educacional, tendo como referencial os conceitos da arquitetura escolar, sustentabilidade e acessibilidade universal, como também identificando se suas unidades escolares possuem adequação funcional necessária para o desenvolvimento da proposta pedagógica;
2. Contruir os muros das escolas das áreas rurais para que proporcione segurança a toda comunidade escolar, principalmente aos alunos das escolas rurais;
3. Melhorar a climatização das salas de aula para proporcionar o melhor conforto térmico;
4. Criar gestão predial sistemática com foco na manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares.

De acordo com a LDB toda pessoa com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva) deve ter direito à igualdade de oportunidades assegurada. Portanto é mister que isso aconteça ainda na fase escolar, quando o aluno com deficiência passa a ter contato com práticas e metodologias que garantam a sua acessibilidade na escola onde está matriculado e com isso ser incluído dentro da comunidade escolar. Portanto, é necessário que a SME

---

<sup>11</sup> O estudo foi baseado nos dados de 147 mil escolas das redes privadas e públicas disponibilizados pelos Censos Escolar dos anos de 2013, 2015 e 2017 e pelo Sistema de Avaliação Básica (SAEB) do INEP referentes aos anos de 2013 e 2015. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/pesquisa-da-ufmg-e-unesco-avalia-qualidade-da-infraestrutura-das-escolas-brasileiras>. Acesso em: 13/09/2019.



realize um levantamento das desconformidades arquitetônicas que agridem a lei de acessibilidade em suas escolas e que precisam ser adaptadas ou construídas.

É preciso também que sejam identificados todos os pontos que não cumprem a NBR nº 9.050/2015 ou possam causar algum tipo de situação desconfortável para pessoas com algum tipo de necessidade (física, mental, etc). Os equipamentos escolares devem facilitar o uso por pessoas com necessidades especiais. Por exemplo, o dimensionamento das unidades sanitárias deve levar em consideração o atendimento aos usuários que utilizam os espaços das escolas (funcionários, professores e visitantes) que possuem necessidades especiais.

Entende-se que a elaboração de um diagnóstico da atual infraestrutura das unidades escolares possibilitará à gestão pública municipal ter uma ferramenta importantíssima para uso durante o planejamento, concepção e construção de novos espaços escolares, como também, para a readequação das unidades escolares existentes que estiverem em desconformidade com as exigências técnicas do MEC e da ABNT para que possam proporcionar o melhor conforto e acessibilidade a toda comunidade escolar da rede municipal de ensino.

É importante ressaltar que uma gestão de manutenção predial que atue de forma preventiva traz impactos positivos quanto à economicidade dos gastos públicos e a segurança e bem-estar da comunidade escolar (servidores, contratados, terceirizados e usuários), além de trazer confiabilidade dos sistemas e instalações que integram as edificações de ensino.

Também à **SME de Brejinho determina-se** tomar as devidas providências no sentido de realizar em suas escolas as seguintes providências:

1. Providenciar a construção de biblioteca nas escolas para atendimento da Lei nº 12.244, aprovada em maio de 2010, que estabeleceu prazo de dez anos para que todas as escolas tenham bibliotecas<sup>12</sup>. Atendendo assim as estratégias 1.23, 6.2 e 35.3.16 e outras correlatas do seu PME que referem-se a implantação e uso de espaços para instalação de bibliotecas;
2. Providenciar a implementação de laboratórios conforme a necessidade de cada escola (ciência, computação, etc). Atendendo assim as estratégias 1.3, 17.1, 6.2 e 35.3.16 e outras correlatas do seu PME que referem-se a implantação e uso de laboratórios;
3. Construir ou instalar espaços para refeitórios com boas condições de higiene, ventilação e segurança, como também, prover mobiliário adequado tanto para a refeição dos estudantes quanto a dos servidores (professores e etc.). Atendendo assim a estratégia 6.2 do seu PME;

<sup>12</sup> Segundo o Censo Escolar 2018, dados indicam que 51,2% (cinquenta e um virgule dois por cento) das escolas brasileiras têm bibliotecas e que há uma diferença significativa entre as escolas públicas e particulares: na rede pública apenas 45,7% (quarenta e cinco virgula sete por cento) das escolas têm bibliotecas, enquanto que as escolas particulares alcançam 70,3% (setenta virgula três por cento).



4. Construir ou viabilizar espaços e equipamentos para recreação e prática esportiva nas escolas municipais que carecem dessas atividades por falta de local e equipamentos necessários para as suas execuções. Atendendo assim a estratégia 6.2 e 17.12 do seu PME.

É importante ressaltar que a ideia de que as bibliotecas são um componente essencial no processo educativo é aceita por todo educador e sua existência é uma exigência legal, como posto na Lei nº 12.244/2010 que previu que até 2020 toda escola deveria ter uma biblioteca. Entende-se que a criação de bibliotecas nas escolas, resultará na facilitação do processo de ensino-aprendizagem, formação do apreço e acesso à leitura por parte dos alunos e possibilitará ao município cumprir com as estratégias do seu PME.

A realização das atividades de laboratório permitem uma abertura para novos conhecimentos aos alunos e conseqüentemente, estenderem a visão que se tem dos fenômenos e até mesmo mudarem de entendimento. É importante ressaltar que, quanto aos laboratórios de informática e internet disponível para os alunos e corpo docente, somente uma escola da rede municipal de Brejinho oferece esse tipo de serviço, que é a Escola Municipal São Sebastião.

Quanto à criação de refeitórios nas unidades escolares, ressalta-se que é preciso considerar aqueles espaços, também, como locais de aprendizagem, pois o momento da refeição é uma oportunidade de estimular a autonomia dos estudantes, principalmente das crianças e de se promover mudanças de comportamento quanto à reeducação alimentar. Sem um espaço adequado para que os estudantes possam desfrutar de forma saudável o alimento oferecido nas escolas, dificilmente, estes ensinamentos poderão ser repassados pelas escolas aos seus alunos.

A prática esportiva na escola traz diversos benefícios para os estudantes e para a sociedade, como: a socialização entre alunos através do trabalho em equipe, e conseqüentemente, o entendimento sobre a vitória e derrota, favorece o desenvolvimento motor das crianças e cria nelas uma consciência da necessidade prática de exercícios na fase adulta e assim, prevenindo problemas de saúde no futuro, além de melhorar a auto estima dos estudantes. Portanto, a prática esportiva exerce um papel fundamental na preparação dos alunos para a fase adulta. Desta forma, é imprescindível que a SME de Brejinho promova a construção de espaços que possibilitem aos seus alunos realizarem práticas esportivas. Vale salientar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos pratiquem pelo menos 60 minutos diários de atividade física.

Por fim, destaque-se que as execuções das ações acima apontadas trarão benefícios para o processo de ensino-aprendizagem, pois alunos e professores terão um conforto térmico adequado nos ambientes da escola; facilitará o acesso aos livros da escola e a aquisição pelo gosto da leitura por parte dos alunos; as refeições oferecidas terão um local adequado para o seu consumo pelos alunos e, como também, os espaços para recreação e prática esportiva possibilitará aos alunos realizar atividades que promoverão mais saúde e bem estar.



### 3.2.2 Falta de salas de aula para o Ensino Fundamental na Escola São Sebastião

Em Brejinho, apenas a Escola São Sebastião oferece o ensino fundamental anos finais. Todos os alunos que terminam o quinto ano, seja em escola urbana ou rural, dão prosseguimento aos estudos naquela escola. Devido à falta de salas disponíveis, os alunos do oitavo e do nono ano têm que estudar à noite.

No grupo focal realizado com nove alunos do nono ano da Escola São Sebastião foi questionado aos presentes sobre a preferência deles em relação ao horário de estudos na escola; como resposta seis manifestaram sua preferência em estudar no período diurno. Foi informado neste encontro que alguns dos alunos que moram na zona rural só conseguem chegar em casa após as onze horas da noite. Entre os principais fatores negativos em se submeter jovens de 12 a 15 anos ao estudo noturno pode-se citar a questão do risco de violência a que o mesmo está sujeito, principalmente no horário do retorno da escola e o prejuízo ao seu desenvolvimento físico, uma vez que o adolescente necessita de um bom tempo de sono no período noturno, pois já está comprovado pela ciência que a atuação do hormônio do crescimento acontece durante o sono entre o pôr do sol e a alvorada. Além destes dois fatores deve-se salientar que os alunos que cursam o período noturno têm uma boa perda em termos de carga horária. É que a hora aula diurna é de 50 minutos e a hora aula noturna é de 40 minutos.

Nas entrevistas realizadas e no grupo focal na escola em epígrafe houve diversos relatos a este respeito. Seguem abaixo os relatos proferidos:

**Relato 1:** De outro prédio [...] umas doze salas. Porque veja, a gente tem bastante turma [...] do pré ao nono ano, o nono são três...Eu tenho o turno da noite. Eu queria acabar com o turno da noite. Você sabe o problema da noite, não é? Até por uma questão de aprendizagem o aluno perde dez minutos. Quando uma hora durante o dia é de cinquenta, à noite é de quarenta. O turno da noite pra gente é [...] em Brejinho já está chegando problemas, então a gente está muito angustiada porque é uma cidade pequena mas de repente você vê drogas, você vê uma coisa assim, aí assusta, né? À noite tudo fica mais maleável para esse risco.

**Relato 2:** Uma outra questão é a parte física da escola. Hoje a gente sabe que colocar aluno pra estudar no turno da noite não tem a mesma essência que estudar no turno da tarde, mas como a gente não tem espaço físico suficiente a gente leva aí um turno de alunos pra o turno da noite. É preocupante também porque a gente sabe que as aulas no turno da noite são de 40 minutos ao invés de 50, então são dez minutos a menos de cada aula...O bom seria é que todo mundo estudasse pela manhã e à tarde [...] Os alunos do oitavo e nono ano e do EJA estudam à noite.

**Relato 3:** O que eu acho ruim da noite é que a gente tem uma aula a menos em relação à tarde, então a gente pega menos conteúdo. Como a gente está no nono ano que é o último ano do ensino fundamental aí é meio ruim. Eu acho que esta é a única parte ruim de estudar à noite.

**Relato 4:** Em questão de turno à noite eu sempre comento com outros pais e até mesmo já estive comentando aqui na escola com a vice-diretora. Eu falei, eu disse: eu sei que isto é uma coisa que vem de lá de baixo, não é vocês aqui essa questão de estar com estes alunos de menor à noite...eu acho uma negação assim a fase da adolescência que já é difícil de lidar. Aí o aluno vem para uma



escola à noite, de menor. É tanto que a gente está em casa...eu costumo vir da minha casa às dez horas da noite para vir ao encontro dela quando ela sai daqui para subir pra casa...Eu só discordo não é nem com a escola, já é com o geral não é a escola...Esses dias eu disse “graças a Deus o ano que vem já vai ser de dia”. Mesmo que passe o dia todo mas é de dia.

**Relato 5:** Dentro da escola a gente se preocupa mas a gente sabe que tem aquelas pessoas responsáveis para estar ali em cima do que estiver acontecendo, mas quando sai da escola até chegar em casa eu fico preocupada. Quando vem nem tanto porque ainda é cedo.

**Relato 6:** Pra mim estudar durante o dia é melhor. À noite é muito difícil, sai muito tarde, e tem muita gente que vem para a escola e, às vezes, nem para a escola vem, fica na rua.

Tendo em vista os problemas relativos à violência e drogas a que o jovem fica mais suscetível estudando no período noturno, além do prejuízo ao seu desenvolvimento físico, e também considerando a perda de carga horária que ocorre no estudo noturno, recomenda-se que a SME de Brejinho atue no sentido de disponibilizar o quantitativo necessário de salas de aula para que todos os alunos do ensino fundamental regular estudem no período diurno.



## **CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO GESTOR**

Por meio do Ofício TCE/NAE/e-TCEPE n° 83867/2021, datado de 13/07/2021 (doc.08), foi encaminhada a versão preliminar deste relatório ao senhor Gilsomar Bento da Costa, Prefeito do Município de Brejinho, solicitando o pronunciamento do gestor sobre os resultados da avaliação do Sistema Educacional do Município de Brejinho.

De acordo com o Termo de Ciência constante no documento 09, o Senhor Prefeito foi cientificado da comunicação expedida por essa Corte de Contas em 26/07/2021, porém não apresentou comentários em relação ao resultado do presente trabalho.



## CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

O objeto dessa auditoria foi a avaliação do Sistema Educacional do Município de Brejinho na etapa do Ensino Fundamental tendo como principal objetivo a catalogação de boas práticas observadas no sistema que resultaram em excelentes resultados para o município nas avaliações externas educacionais.

Para avaliar a qualidade dos serviços educacionais, a abordagem do trabalho envolveu duas questões de auditoria, quais sejam:

***Questão 1:** Em que medida a Secretaria Municipal de Educação de Brejinho tem atuado no sentido de oferecer aos estudantes do Ensino Fundamental condições adequadas para o aprendizado?*

***Questão 2:** Quais são os fatores que explicam o bom desempenho das escolas da rede municipal de Brejinho nos testes de proficiência aplicados no ensino fundamental?*

A auditoria constatou problemas, tais como: inadequação na infraestrutura das escolas municipais e a falta de salas de aula para o ensino fundamental na escola São Sebastião.

Foram constatadas também boas práticas, a saber: acompanhamento individualizado, reforço escolar, reensino, alunos monitores e troca de professores, estratégias motivacionais, gestão de resultados, observação em sala de aula, todos os professores com pós-graduação e seleção temporária para formação de cadastro de reserva de professores.

Os resultados esperados a partir desta auditoria remetem-se ao alcance de uma gestão pública eficaz, através das recomendações emitidas para uma melhor efetividade das ações do Sistema Educacional do Município de Brejinho, bem como a possibilidade de replicação das boas práticas educacionais observadas no município por outras redes de ensino.



## **CAPÍTULO 6 – PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO**

Diante do exposto e visando contribuir com as ações do Sistema Educacional do Município de Brejinho é proposto o encaminhamento das deliberações que seguem.

Recomenda-se à Prefeitura do Município de Brejinho:

- Tomar as devidas providências no sentido de corrigir os problemas na infraestrutura das escolas da rede municipal de ensino apontados no item 3.2.1 do presente relatório;
- Disponibilizar o quantitativo necessário de salas de aula para que todos os alunos do ensino fundamental regular possam estudar no período diurno.

Ainda:

Determina-se à Prefeitura do Município de Brejinho:

- Remeter a este Tribunal de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 14 da Resolução TC nº 61/2019, o Plano de Ação contendo as ações, o cronograma e os responsáveis pela implementação das recomendações acima elencadas, com o objetivo de solucionar ou minimizar as deficiências identificadas nesta auditoria, conforme Anexo II da Resolução acima;
- Remeter a este Tribunal de Contas, anualmente, Relatório de Execução do Plano de Ação, conforme artigo 16 da Resolução TC nº 61/2015 e seu Anexo III.

Determina-se à Diretoria de Plenário deste Tribunal:

- Encaminhar este processo ao Núcleo de Auditorias Especializadas.
- Determina-se ao Núcleo de Auditorias Especializadas deste Tribunal:
- Encaminhar cópia da decisão e do Relatório de Auditoria à Prefeitura, conforme disposto no inciso I do artigo 13 da Resolução TC nº 61/2015, bem como cópia da referida resolução.



Recife, 13 de setembro de 2021.

**André Augusto Viana**

Analista de Controle Externo - Mat.0252

RICARDO DE LIMA  
FERREIRA FERNANDES  
COSTA:0303

**Ricardo de Lima Ferreira Fernandes Costa**

Analista de Controle Externo – Mat.0303

Visto e aprovado.

JOAO ANTONIO  
ROBALINHO  
FERRAZ:1000

**João Antônio Robalinho Ferraz**

Analista de Controle Externo – Mat.1000

(Gerente da Geap)

Assinado de forma digital por  
JOAO ANTONIO ROBALINHO  
FERRAZ:1000  
Dados: 2021.09.14 10:48:11 -03'00'